

SEGURANÇA PRIVADA

atinge a marca de
571 mil postos
de trabalho
pág. 32



- Fenavist debate regulamentação do Estatuto da Segurança Privada com o Ministério da Justiça **pág. 23**
- Fenavist e sindicatos lançam campanha nacional sobre o Estatuto da Segurança Privada **pág. 24**

Livro
Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras
apresenta uma análise profunda da nova legislação **pág. 20**

Entrevista
Cairo Costa Duarte (Coordenador-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal) **pág. 28**

ISC BRASIL

International Security
Conference & Expo

02 a 04
setembro
2025

Distrito Anhembi
São Paulo | SP

BEM-VINDO AO HUB DA SEGURANÇA GLOBAL

A ISC Brasil é o principal hub do setor de segurança. Com toda a expertise da marca global ISC, o evento reúne um mix de marcas, lançamentos inovadores, novas tecnologias, networking de alto nível e inúmeras oportunidades de negócios.

VEJA O QUE TE ESPERA:

**MIX COMPLETO
DE SOLUÇÕES**

**+8 MIL
PROFISSIONAIS**

**PALCO 360°
COM CASES DE
ESPECIALISTAS**



ISC BRASIL
2025 • CONFERENCE

Além da exposição, conecte-se aos principais nomes da segurança na ISC Brasil Conference. Com o tema **"Protegendo o futuro: Inovação e Resiliência em Segurança Corporativa"**, a conferência oferece um espaço exclusivo dedicado a conteúdo técnico e estratégico.

6 KEYNOTE SPEAKERS
32 PAINÉIS TEMÁTICOS
+60 PALESTRANTES RENOMADOS
+40 HORAS DE CONTEÚDO

GARANTA SUA PARTICIPAÇÃO!



ISC PELO MUNDO:



EM PARCERIA COM:



São Paulo, Brasil
Chapter



Rio de Janeiro
Chapter

ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO:



iscbrasil.com.br



Ventos da Esperança

Pelo segundo ano consecutivo, a segurança privada brasileira apresenta crescimento no número de postos de trabalho. Em maio deste ano, registramos 571.158 vigilantes em atividade - um número ainda distante dos 631 mil de 2015, mas significativamente superior aos 485 mil de 2023, a menor marca da última década. Esse avanço renovado nos enche de orgulho e aponta que estamos trilhando o caminho certo.

Essa recuperação exigiu resiliência, comprometimento e muita dedicação. Não foram tempos fáceis. Enfrentamos crises econômicas, os efeitos devastadores de uma pandemia e, com isso, o fechamento de empresas e a perda de empregos para milhares de trabalhadores.

Sempre alertamos que dois elementos seriam decisivos para a retomada: a recuperação da economia e a aprovação do Estatuto da Segurança Privada.

Nos últimos anos, a economia brasileira mostrou sinais de reação, embora ainda aquém do seu pleno potencial, mas o suficiente para reaquecer setores essenciais, entre eles o nosso. É importante lembrar: a segurança privada não se fortalece com a escalada da criminalidade, mas com o vigor de uma economia sólida. Os dados dos dois últimos anos divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública confirmam essa realidade.

Somado a isso, conquistamos um marco histórico: a aprovação e sanção da Lei nº 14.967/2024, o tão aguardado Estatuto da Segurança Privada. Embora seja cedo para avaliar todos os seus efeitos, já é perceptível a influência positiva da nova legislação, que entrou em vigor em setembro do ano passado e aguarda a publicação do decreto regulamentador para sua plena aplicação. No entanto, é cristalino que o Estatuto já começa a influenciar diretamente o setor.

Estamos confiantes. O caminho que nos levará aos novos tempos está pavimentado de esperança e solidez.



Com uma base legal moderna, completa e alinhada aos padrões internacionais, temos todas as condições para manter um ritmo de crescimento sustentável.

Mais do que isso, estamos preparados para evoluir de forma estruturada, garantindo não apenas o fortalecimento da atividade, mas também a segurança da sociedade.

Para isso, continuaremos firmes na defesa dos nossos objetivos. No momento, a regulamentação do Estatuto da Segurança Privada e a questão do aprendizado na atividade são prioridades absolutas.

Essas duas questões precisam ser resolvidas para que o nosso propósito de tornar a segurança privada cada vez maior, mais forte e mais segura para os cidadãos seja alcançado.

Seguiremos em frente, sempre em busca de melhorias de nosso setor.

Juntos, somos mais fortes.
Um grande abraço.

Jeferson Nazário
Presidente da Fenavist



Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente

Flávio Sandrini Baptista

Vice-Presidentes

Alex Bortoletti, Alípio José Castelo Branco Junior, Amílto José do Pilar, Andrea Carla Gomes Ferreira, Angelo Roberto Jacomini, Autair Iuga, Avelino Lombardi, Carlos Anselmo de Sousa, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Deuci Soares, Dilmão Wanderley Berger, Edimar Barbosa, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Jacymar Daffini Dalcami, Jefferson Simões, João Eliezer Palhuca, Joseph Ribamar Madeira, Luis Fernando Azevedo da Silva, Luis Gustavo Silva Barra, Marcelo Baptista de Oliveira, Marcelo Roberto Bianchin, Marcelo Rucker, Marco Antonio Lopes, Odair de Jesus Conceição, Paulo César Braga Ico da Silva, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Rafael Mendes Alcântara, Silvio Renato Pires, Urubatan Estevam Romero, Washington Umberto Cinel.

Vice-Presidentes Adjuntos

Alberto Mario Alves Fonseca, Aldair Neves Pinto Junior, Alexandre Tavares de Melo, Amauri de Oliveira Soares, Ari Favero Dal Bem, Carlin Ferraz dos Santos, Eveline Gurgel Monteiro, Fabiano Barreira da Ponte, Fernando Henrique Ribas, Flávio Eduardo de Patrício Ribeiro Junior, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Gilberto Perera, João José Andrade de Almeida, José Evaldo Vieira, Lauro Santana, Marcus Vinícius Castro do Nascimento, Marestela Loss, Maurice Braunstein, Mirian Salete Bazote, Orlando Braga de Almeida, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Paulo Gonçalves da Silva, Percival Aracema, Sandro Maurício Smaniotto, Sérgio Augusto França Patrocínio, Tatiana Pereira Chelest Miras Diniz, Teila Rocha da Silva Pelanda, Waldemar Pellegrino Junior.

Vice-Presidentes Regionais

Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina, Frederico Crim Camara, Ivan Hermano Filho, José Pacheco Ferreira.

Vice-Presidentes Regionais Adjuntos

Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Paulo Roberto da Cruz Azevedo.

Conselho Fiscal

Denilson Colodetti Pinheiro, Egnaldo de Oliveira Silva, Halano Soares Cunha, José Jacobson Neto, Leonardo Vieira.

Delegados Representantes

Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcami, Jeferson Furlan Nazário, Odair de Jesus Conceição.

Conselheiros Sesc/Senac

Jefferson Simões, Lélcio Vieira Carneiro, Sidney Tinoco, Urubatan Estevan Romero.

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélcio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jefferson Simões, Odair Conceição.

Superintendente

Ana Paula Queiroga

Jornalista Responsável

Luís Evangelista – DF 7273
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ascom/Fenavist

REVISÃO

Fátima Lippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lígia Uchôa

IMPRESSÃO E TIRAGEM

Gráfica e Editora Qualytá Ltda - 2.500 exemplares

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.
ascom@fenavist.org.br
55 61 3327-5440

Fenavist

Ed Prime – SBS Qd 2 – Lote 15 – Bl. E – 16º andar
Salas 1.601/1.602 – CEP: 70070-120
Brasília-DF – Brasil Tel: 55 61 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUIRÁ AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

6 ISC Brasil Conference debate papel estratégico da segurança nas empresas

8 Enesp Nordeste 2025 reúne empresários de todo o País em Teresina-PI

10 ENESP Sul vai discutir Tecnologia e Inteligência Artificial Aplicada ao Setor de Serviços

12 Artigo: Vigilância - o que nossa atividade representa

14 Inteligência Artificial e os impactos na gestão de relações trabalhistas: uma nova parceria

15 Fenavist participa de Sicomércio 2025

16 Fenavist e sindicatos participam da Semana S

17 Artigo: Há uma expectativa otimista para o futuro da Segurança Privada

18 Conheça o World Security Congress

20 Livro Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras apresenta uma análise profunda da nova legislação

22 Artigo: Reforma Tributária e Benefícios Trabalhistas: Entendimentos sobre Tributação e Crédito Fiscal

23 Fenavist debate regulamentação do Estatuto da Segurança Privada com o Ministério da Justiça

24 Fenavist e sindicatos lançam campanha nacional sobre o Estatuto da Segurança Privada

26 Artigo: Congresso Nacional - O que esperar neste segundo semestre de 2025

28 Entrevista: Cairo Costa Duarte, Coordenador-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal

32 Capa: Segurança Privada atinge a marca de 571 mil postos de trabalho

36 Fenavist discute porte de armas para vigilantes fora do serviço

37 Artigo: O Brasil que trabalha não se atrapalha

38 Ministério do Trabalho prorroga início da vigência das mudanças na NR-1

40 Coluna Segurança Inteligente

42 Artigo: Justiça Automatizada - Uma Análise Jurídica da Resolução CNJ nº 615/2025

44 Coluna Informação Segura

48 Trajetória Segura: Marestela Loss

50 Coluna Fenavist

52 Coluna Sindicatos

56 Coluna Gente

58 Lista Sindicatos

59 Agenda



International Security
Conference & Expo

**02 a 04
setembro
2025**

Distrito Anhembi | São Paulo | SP

ISC BRASIL CONFERENCE DEBATE PAPEL ESTRATÉGICO DA SEGURANÇA NAS EMPRESAS

O congresso ocorre simultaneamente à ISC Brasil, que conta com apoio e participação da Fenavist

O ISC Brasil Conference vai reunir especialistas, gestores e grandes marcas para debater o presente e o futuro da segurança corporativa entre os dias 2 e 4 de setembro, no Distrito Anhembi, em São Paulo. O Congresso acontece de forma simultânea com a ISC Brasil 2025, principal evento de soluções integradas de segurança da América Latina. A programação já está disponível no site oficial e as inscrições estão abertas. Já o credenciamento para visitar a feira é gratuito e também está disponível na página da ISC.

Um dos palestrantes confirmados é Leonardo Soares, Chief Security Officer (CSO) da Kovi. Ele vai compartilhar sua experiência na implantação de um modelo de segurança baseado em dados, estratégia e cultura organizacional. “Segurança

não é só câmera ou catraca. É preciso pensar de forma integrada e apresentar números que provem o impacto da área na redução de perdas e na proteção dos ativos da empresa”, declara.

Para Soares, a chave para consolidar a segurança como uma área estratégica está na combinação entre dados concretos, pensamento de risco e parceria com os demais setores da empresa. “A partir do momento que a segurança é vista como aliada, e não como barreira, ela passa a participar das decisões críticas e contribui diretamente para o crescimento sustentável da organização.”

Com mais de 60 palestrantes e 40 horas de conteúdo, o congresso será o ponto de encontro dos líderes do setor. “Nosso objetivo é oferecer

uma plataforma robusta de conteúdo, em que a segurança não seja tratada apenas como um custo, mas como um vetor de inteligência e eficiência para as empresas”, diz Jacqueline Gagliano, gerente da ISC Brasil.

O encontro reúne as tecnologias mais avançadas, especialistas de referência e líderes estratégicos dos setores público e privado. “Nunca a segurança foi tão essencial para a transformação digital das organizações. Nosso congresso é uma oportunidade para profissionais de todo o Brasil acessarem conteúdo técnico, trocarem experiências e saírem daqui com soluções aplicáveis às suas realidades”, reforça Gagliano.

A programação conta com trilhas temáticas, como: integração segurança pública e privada; soluções integradas de segurança; novas tecnologias aplicadas aos negócios; e desenvolvimento e tendências em cyber security. Os keynote speakers confirmados são: Tim Wenzel, da Kroll; Cynthia Merchant, da Novartis; Brian Hansen, da Mastercard; e Natalia Amancio, do Google Cloud.

“A escolha reflete os principais desafios enfrentados por empresas públicas e privadas diante de um cenário cada vez mais digitalizado e interconectado. A segurança está no centro das decisões de negócios, especialmente quando falamos de proteção de dados, integridade operacional e resiliência organizacional”, afirma Gagliano.

Além do congresso, a ISC Brasil conta ainda com uma arena para a apresentação de casos de sucesso e workshops focados em soluções práticas para os gestores de segurança; e a Mostra New Products & Solutions Awards (NPS), um espaço exclusivo que reúne os produtos mais inovadores da feira.

Fenavist e SESVESP repetem parceria na ISC Brasil 2025

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) estará novamente ao lado do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) na ISC Brasil 2025. As duas entidades dividirão, mais uma vez, um stand na principal feira de segurança do País.

Reconhecido como ponto de encontro do setor, o stand conjunto já está em fase de planejamento e, tradicionalmente, reúne os principais nomes da segurança privada no Brasil, incluindo contratantes, fornecedores e representantes do poder público.

Durante os três dias de evento, os diretores da Fenavist e do SESVESP também recebem lideranças sindicais estaduais e representantes de entidades parceiras, encontro que fortalece o intercâmbio de experiências e o debate sobre os desafios e avanços do segmento.



ISC BRASIL

2 a 4 de setembro

12h às 19h

Distrito Anhembi, São Paulo

Mais informações:

iscbrasil.com.br/pt-br.html



ENESP Nordeste 2025 reúne empresários de todo o País em Teresina-PI

Encontro discutiu a regulamentação do Estatuto da Segurança Privada, a Reforma Tributária e a questão do menor aprendiz

Dezenas de empresários de todo o País participaram, no último dia 1º de maio, no Hotel Monã, em Teresina-PI, do Encontro das Empresas de Segurança Privada da Região Nordeste 2025. O evento teve como foco a regulamentação da Lei nº 14.967/24 (Estatuto da Segurança Privada), a reforma tributária e a questão do menor aprendiz no setor.

Organizado pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e pelos Sindicatos das Empresas de Segurança Privada da Região Nordeste (Sindesp-AL, Sindesp-BA, Sindesp-CE, Sindesp-MA, Sindesp-PB, Sindesp-PE, Sindesp-PI, Sindesp-RN e Sindesp-SE), o encontro teve como objetivo fortalecer e integrar o setor, promovendo debates técnicos e institucionais.

Um dos destaques do ENESP Nordeste foi a apresentação do delegado da Polícia Federal e coordenador-geral de Serviços e Produtos da PF, Cristiano Jomar Costa Campidelli. Em sua abordagem sobre a "Regulamentação da Lei nº 14.967/24", destacou os principais avanços trazidos pela nova legislação e os impactos para o segmento da segurança privada.



O doutor e mestre em Direito, Paulo Duarte Filho, e o consultor econômico da Fenavist, Euripedes Abud, conduziram a palestra “Os Impactos da Reforma Tributária no Segmento de Segurança Privada”, analisando os efeitos da proposta sobre a competitividade e sustentabilidade das empresas do setor.

Um dos assuntos mais preocupantes do segmento e retirado do texto final da nova legislação, a questão do Menor Aprendiz na Segurança, foi abordado por Taís Arruti Lisboa, coordenadora nacional de Fiscalização da Aprendizagem Profissional da Secretaria de Inspeção do Trabalho, durante a palestra “Inclusão do Menor Aprendiz na Segurança Privada”.

A programação também contou com a palestra motivacional “Seja Extraordinário”, ministrada pelo Me. Marcos Sousa, que destacou o poder das crenças, da programação mental, da competência, do controle emocional, dos contatos, das metas e da consistência para o desenvolvimento pessoal e profissional.

O ENESP Nordeste consolidou-se como uma oportunidade estratégica para o setor, em que se promoveu o debate de tendências, desafios e inovações que impactam a segurança privada. O evento também proporcionou espaços de troca de experiências entre empresas e entidades representativas da atividade.

O encontro contou com o apoio do Governo do Piauí e das empresas Somapay, Bem Mais Benefícios, Inc. Seguros, Cet-Seg, Phenix Assessoria, Sebrae, Fecomércio-PI, Novati e Vigicred.

Reunião de Diretoria da Fenavist

A 16ª Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist (Gestão 2022-2026) também fez parte da programação oficial do Encontro das Empresas de Segurança Privada da Região Nordeste 2025. Diretores da Fenavist discutiram, na manhã do dia 2 de maio, as negociações coletivas de 2025, o andamento da regulamentação da Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), além de questões econômicas, jurídicas e outros temas de interesse do segmento.





ENESP Sul vai discutir Tecnologia e Inteligência Artificial Aplicada ao Setor de Serviços

Encontro das Empresas de Segurança Privada ocorre entre os dias 15 e 18 de outubro de 2025, em Blumenau-SC

Organizado pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e pelos Sindicatos da Região Sul (Sindesp-PR, Sindesp-RS e Sindesp-SC), o Encontro das Empresas de Segurança Privada da Região Sul (ENESP Sul) está com a grade de programação praticamente fechada.

O evento que reunirá empresários de todo o País no Caiuá Premium Hotel, em Blumenau-SC, entre os dias 15 e 18 de outubro, para discutir os desafios e as tendências do segmento, terá como um dos destaques a palestra “Tecnologia e Inteligência Artificial Aplicada ao Setor de Serviços”. A apresen-

tação será conduzida por Giliardi dos Santos, cientista da Computação com MBA em Gestão Estratégica em Tecnologia da Informação, que há mais de 25 anos nos setores de desenvolvimento de software, gestão de pessoas e implementação de soluções para otimização de processos com foco em eficiência e estratégia.



Giliard fará uma reflexão prática e provocativa sobre o modo como a tecnologia e a inteligência artificial estão redesenhando o setor de serviços, como

“O ENESP será o espaço para debatermos este novo momento. Blumenau será nosso ponto de encontro, em meio à Oktoberfest, quando teremos uma agenda de muito trabalho, mas também de descontração e integração”



essas ferramentas podem tornar a operação mais ágil, inteligente e conectada. E, principalmente, falará sobre o modo como preparar seu negócio para um cenário que já não é mais futuro - é presente.

A programação também vai contar com o show “Incrivelmente Mágico”, que contempla uma jornada hilária e hipnótica em que todos são convidados a participar ativamente de uma maneira única. Durante toda a apresentação Sanny Machado, renomado mágico e hipnólogo com mais de duas décadas de experiência na arte de encantar plateias corporativas e eventos de grande porte, conversa diretamente com o público e cria uma conexão especial em que compartilha insights divertidos sobre o mundo da mágica e da hipnose.

Com uma apresentação totalmente interativa, a participação da plateia é intensa; o objetivo do show é mostrar como a nossa mente é incrível e capaz de mudar a nossa percepção da realidade.



“Estamos preparando mais uma grande edição do ENESP. Em uma parceria da Fenavist e os três

estados do Sul, vamos reunir os grandes empresários do setor e lideranças sindicais para ampliar o diálogo sobre o nosso setor, fortalecer a segurança privada e fomentar o desenvolvimento das nossas empresas. Estamos vivendo um momento de grandes transformações. O Estatuto da Segurança Privada irá modernizar nossa atividade e temos de estar preparados para isso. Cada vez mais seremos parte do ecossistema de segurança nacional, fomentando a integração com a segurança pública e o investimento em tecnologia e inovação”, explica Dilmo Wanderley Berger, presidente do Sindesp-SC.



O ENESP Sul contará ainda com outras palestras de alto nível que estão em fase de negociação. Acompanhe as mídias sociais da Fenavist e dos sindicatos organizadores para conferir todas as atualizações.

“O ENESP será o espaço para debatermos este novo momento. Blumenau será nosso ponto de encontro, em meio à Oktoberfest, quando teremos uma agenda de muito trabalho, mas também de descontração e integração. Fica aqui o nosso convite especial: participe do ENESP Sul. A gente se vê em Santa Catarina!”, convida Dilmo Wanderley Berger.

VIGILÂNCIA

O QUE NOSSA ATIVIDADE REPRESENTA

O serviço prestado pelas empresas de vigilância **dignifica o ser humano**. Nossa causa é nobre: **servir e proteger**.

Preservar **vidas** e **patrimônio**, dois pilares fundamentais da existência.

As responsabilidades assumidas por nossos profissionais **ultrapassam as expectativas daqueles que nos contratam**. Ainda assim, muitos avaliam nosso trabalho apenas sob a ótica do custo, restringindo sua percepção ao menor desembolso possível.

A atividade de vigilância privada, entretanto, não é um custo: é um investimento em **segurança, prevenção e estabilidade social**.

Sob a ótica do prisma econômico e social, nossa atividade incorpora quatro dimensões indissociáveis:

1. **A humana**, pela dedicação dos profissionais que mantêm atenção ininterrupta;
2. **A social**, pela contribuição direta à ordem pública e à empregabilidade;
3. **A segurança**, pelo impacto direto na redução de ocorrências e perdas;
4. **A legalidade**, pela conformidade com normas rígidas e treinamentos periódicos.

Nossos profissionais atuam **24 horas por dia, 365 dias por ano**, mais 6 horas adicionais, o que equivale, em média, a **730 horas e 30 minutos por mês**, em um total de **8.766 horas**



Vilson Trevisan
Consultor
Econômico
da Fenavist

anuais de atenção contínua e vigilância ativa por posto.

Mais que uma categoria, somos uma **força nacional**. Atualmente, contratamos mais de **530 mil vigilantes** em todo o país, **maior contingente que o do Exército Brasileiro** (cerca de 242 mil), das **Polícias Militares** (404 mil), **Polícias Cíveis** (114 mil) e das **Guardas Municipais** (95 mil), individualmente considerados.

Além da remuneração mensal, nossos profissionais recebem:

- **Adicional de periculosidade**, garantido por lei;
- **Adicional de função**, nos casos em que for aplicável;
- **Vale-refeição**, previsto em todas as convenções coletivas;
- **Seguro de vida obrigatório**;
- **Plano de saúde, assistência familiar, e outros benefícios**, conforme pactuado coletivamente;
- **Treinamento obrigatório a cada 24 meses**, reforçando qualificação e preparo.

Ao multiplicarmos esses benefícios por todo o contingente, compreendemos a magnitude social, econômica e institucional da vigilância privada no Brasil.

Somos parte essencial do pacto civilizatório. Somos proteção, presença e prontidão.



Ambiente virtual de aprendizagem



CAPACITAÇÃO QUE TRANSFORMA

A qualificação dos profissionais é essencial para a segurança privada legalizada. O INASEP apoia esse desenvolvimento oferecendo a Plataforma AVA, com treinamentos virtuais completos e acessíveis para o setor.

Cursos Disponíveis na Plataforma AVA:

- Vigilância Bancária;
- Gerenciamento de Crise;
- Passagem de Serviço;
- Supervisor de Segurança;
- Vigilante Líder;
- Monitoramento;
- Sistema de Gestão - GESP;
- Vigilância Sem Preconceito;
- Curso das Cores - Palestras temáticas das cores, promovendo a conscientização sobre a importância do autocuidado e do cuidado com o próximo

ACESSE AQUI!



Os cursos do AVA INASEP estão disponíveis de forma online e gratuita, permitindo aprendizado no ritmo de cada colaborador. A plataforma é a solução para o desenvolvimento profissional, fortalecendo equipes e elevando a qualidade da segurança privada.

Fale com o nosso time:

(61) 3327-5440

(61) 99683-8749

INASEP@INASEP.ORG.BR

Inteligência Artificial e os impactos na gestão de relações trabalhistas e sindicais: uma nova parceria

Por Uirá Menezes, CEO GRTS Digital

Creio que ninguém duvide mais que estamos diante de uma nova ruptura tecnológica e, historicamente, esses momentos marcam a sociedade e transformam as relações de trabalho.

Sou da corrente que enxerga os avanços tecnológicos sempre de forma positiva. Ao longo da nossa história, a inovação e suas disrupções foram responsáveis por proporcionar uma evolução na forma como vivemos e nos relacionamos. **Ainda que postos de trabalho sejam eliminados, outras carreiras são criadas, novas especializações se tornam necessárias e registra-se um forte investimento em qualificação.** Um olhar empírico já é suficiente para constatar que as sociedades com maior grau de desenvolvimento tecnológico oferecem mais qualidade de vida.

Cada vez mais atividades exigem domínio no uso da inteligência artificial. Costumo dizer, e arrisco afirmar, que parte da força de trabalho que não estiver atualizada ficará desempregada em breve. **Nós, profissionais e empresas, não concorremos com as máquinas inteligentes, mas sim com aqueles que as dominarem.** As organizações que mais rapidamente adotam e dominam a IA, comprovadamente se transformam, apresentam melhores resultados e constroem vantagens competitivas.

O maior contrato celebrado pelas empresas todos os anos é a convenção coletiva de trabalho ou acordo. São os "mais caros" e os que definem as principais obrigações de 'fazer e pagar', como contratar e demitir, e também como será o relacionamento com seu principal ativo — seus funcionários — em termos de benefícios, jornada, escala, salários, etc.

Nos últimos dois anos, as empresas brasileiras pagaram R\$ 94 bilhões em sentenças trabalhistas*, e parte desse montante está diretamente relacionada a erros na aplicação das cláusulas de 'fazer e pagar' previstas nas convenções coletivas.

Sem dúvida, um modelo de gestão atrasado, apoiado em planilhas, maximiza o desafio da gestão de relações trabalhistas e sindicais. Esse modelo gera insegurança nas informações, ineficiência e dificuldade no compartilhamento de dados com outras áreas. Tudo isso torna essa agenda estratégica extremamente operacional. **Informações importantes para tomadas de decisão, que poderiam ser construídas em minutos, levam dias — ou até semanas.**

A GRTS Digital é uma startup fundada há cinco anos por profissionais de RTS que vivenciaram por décadas esse modelo. **Nossa missão é transformar a gestão de relações trabalhistas e sindicais por meio de inovação e tecnologia.**

A combinação das inteligências humana e artificial é um caminho seguro e possível para que **empresas ampliem sua produtividade e visão estratégica, reduzam o tempo gasto com o operacional e eliminem erros na aplicação da folha.** Tudo isso, claro, para garantir vantagens competitivas.

A FENAVIST iniciou sua jornada de transformação digital em parceria com a GRTS Digital — e chegou a hora dos sindicatos e das empresas associadas também fazerem parte do grupo de organizações que estão na vanguarda!

Juntos, estamos prontos para te apoiar nessa jornada.

Uirá Menezes

CEO GRTS Digital



Fenavist participa de Sicomércio 2025

Evento organizado pela CNC reuniu lideranças de todo o País em Brasília

Diretores da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e presidentes de sindicatos estaduais participaram, entre os dias 9 e 11 de julho, das atividades do Sicomércio 2025, evento organizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

No primeiro dia do evento, além da solenidade de abertura, os representantes da segurança privada acompanharam o lançamento do programa “MEI Conta com a Gente” e estiveram presentes em palestras e atividades sobre inovação. A inteligência artificial foi um dos principais temas discutidos no dia, ao lado de análises sobre o cenário político, o perfil do novo líder sindical e os desafios enfrentados pelo setor.

O segundo dia de atividade foi marcado por debates sobre a regulamentação da Reforma Tributária, Reforma Administrativa, fim da jornada 6x1 e trabalho aos feriados, temas que estão em discussão no Congresso Nacional e impactam diretamente a atividade.

Assim como no primeiro dia, a inteligência artificial foi tema de palestra. A programação também incluiu apresentações sobre liderança, negociações coletivas, LGPD e compliance, além das perspectivas e desafios para a economia brasileira e mundial.



Inasep é destaque do Sicomércio 2025

O último dia do Sicomércio 2025 teve como destaque uma apresentação especial sobre a iniciativa da Fenavist na criação do Instituto Nacional de Segurança Privada (Inasep). A exposição conduzida pela superintendente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Ana Paula Queiroga, reuniu representantes de diversos segmentos ligados à CNC.

Durante a apresentação, destacaram-se as principais ações do Inasep nas áreas de Negócios e Educação, com foco no desenvolvimento institucional e na qualificação do setor. O momento contou ainda com a presença de diretores da Fenavist, além de presidentes e executivos de sindicatos patronais de segurança de todo o País, que acompanharam a exposição na plateia.

Reconhecido como um caso de sucesso, o Inasep vem consolidando sua atuação como instrumento estratégico para o fortalecimento da segurança privada no Brasil.

Federação também esteve presente no Conecta

O Sicomércio não foi o único evento realizado pela CNC com a participação da Fenavist. O vice-presidente jurídico da Fenavist, Jacymar Dalcamini, e a superintendente da Federação, Ana Paula Queiroga, representaram a segurança privada no Conecta 2025.

Durante os dias 7 e 8 de julho, representantes das federações de todo o País reuniram-se para trocar experiências, debater ideias e impulsionar a transformação do setor.



Fenavist e sindicatos estaduais participam da Semana S

Evento organizado pela CNC realizou mais de um milhão de atendimentos em todo o Brasil



A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) foi uma das entidades que atuaram junto com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) na primeira edição da Semana S. Mais de 1,2 milhão de pessoas foram atendidas nas ações de educação, saúde, cultura, lazer e cidadania. Ao todo, foram ofertados 42.550 serviços de forma totalmente gratuita, além de palestras e encontros para a troca de experiência entre os milhares de empreendedores presentes.

Os dias 16 e 17 de maio destacaram-se como os de maior concentração de eventos. Em Brasília, a superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, e a assessora parlamentar da entidade, Cléria Santos, representaram a entidade nas ações promovidas pela Fecomércio-DF.

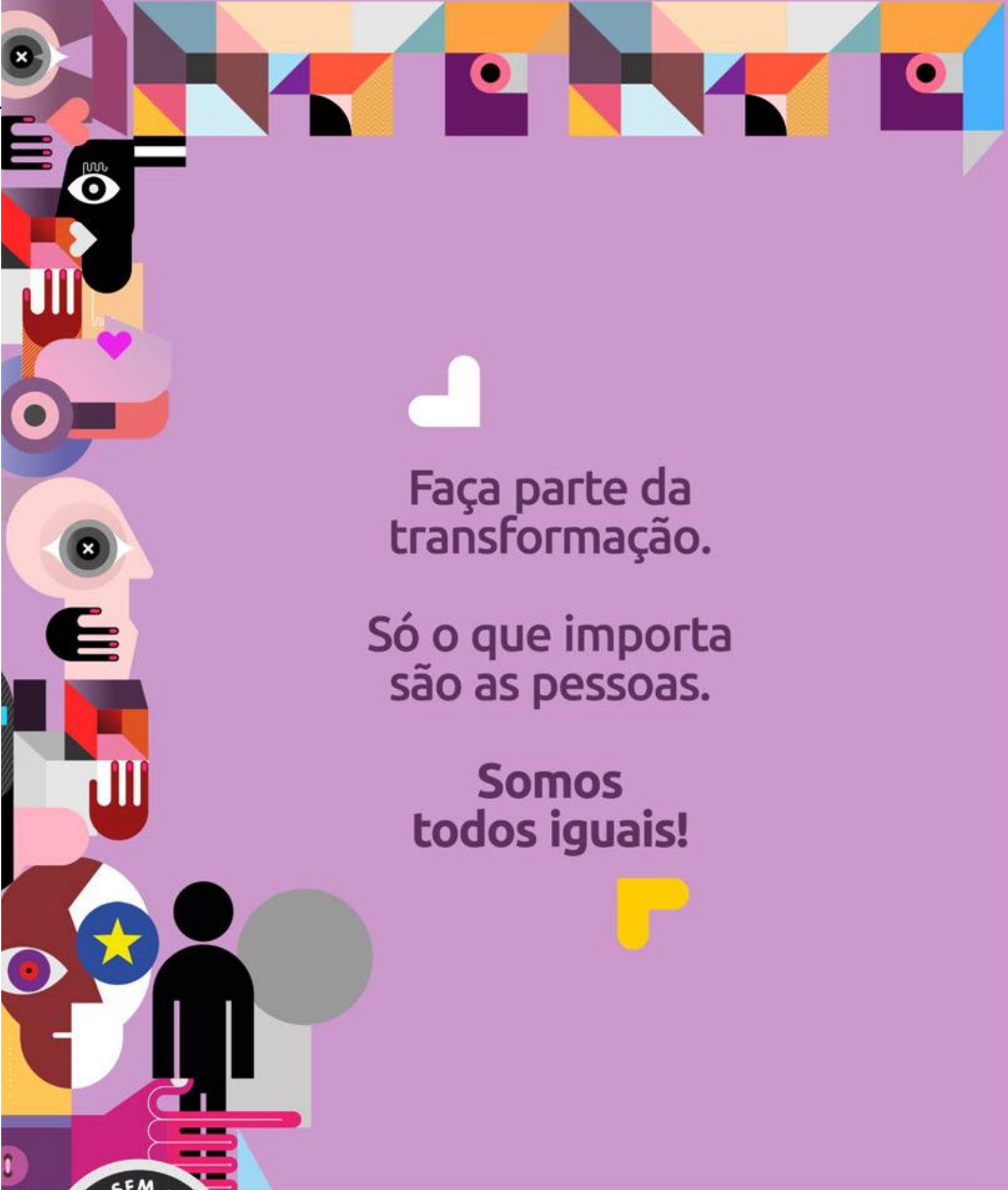
Já os sindicatos estaduais tiveram participação ativa no Innovation Day, um evento EXCLUSIVO que conectou líderes, parlamentares e especialistas para discutir o futuro do setor e fortalecer o Sistema Comércio, um espaço de troca de ideias, inovação e estratégias que impactam diretamente o dia a dia das empresas.

Os eventos contaram com a presença de 580 autoridades, entre prefeitos, governadores e parlamentares. O maior evento do setor terciário arrecadou mais de 120 toneladas de alimentos para o Sesc Mesa Brasil, programa de combate à fome e ao desperdício de alimentos que atende mensalmente mais de dois milhões de pessoas.

“A Semana S representa mais do que uma série de atividades: ela simboliza o compromisso do Sistema Comércio com o desenvolvimento social e econômico do Brasil. É a materialização de um trabalho integrado e coeso que, ao longo dos anos, tem investido em iniciativas que visam capacitar profissionais, oferecer acesso à cultura e ao lazer e garantir assistência social àqueles que mais necessitam. A Semana S é a expressão máxima do nosso propósito de construir um país mais justo e próspero para todos”, avalia o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

Além da vasta gama de atividades disponíveis, a iniciativa promoveu shows gratuitos de grandes nomes da música nacional, como Iza, Raça Negra, Samuel Rosa, Michel Teló, Daniel, Zélia Duncan, Barões de Pisadinha, Silva e Vanessa da Mata, entre outros.

Com informações da CNC



Faça parte da
transformação.

Só o que importa
são as pessoas.

Somos
todos iguais!



UNIVERSIDADE ZUMBI DOS PALMARES
INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR
SÃO PAULO • BRASIL

Conheça o



World Security Congress

2026

Onde

C-Levels e Heads da Segurança Privada se conectam e fazem negócios

Em **2026** acontece o evento de relacionamento para líderes do setor de segurança privada. O **6º World Security Congress**, evento realizado pela **Federação Mundial da Segurança – WSF**, trará em 2026 uma visão atenta ao mercado, com uma programação que parte do ideal colaborativo possibilitado pela globalização.

CRIANDO UM FUTURO SEGURO

É através de trocas e compartilhamentos que avançamos no planejamento de estratégias, no desenvolvimento de soluções e possibilitamos o acesso à ferramentas que auxiliam no enfrentamento de desafios. Dessa forma, as trilhas de palestras propostas pelo WSC'26 se articulam nos temas: **Experiências, Conhecimento e Tendências Emergentes**. O objetivo é que através dos debates, o congresso possa analisar a trajetória dos desafios que o mercado percorreu e antecipar as necessidades que estão chegando.

O WSC Brazil será um espaço para que os principais especialistas do setor de segurança compartilhem suas experiências e visões sobre as tendências para o futuro. O evento também proporcionará um valioso intercâmbio de ideias entre profissionais do ramo, vindos de diferentes regiões e culturas.

Para esta edição, o evento tem a previsão de reunir cerca de **3.000 líderes, estrategistas, diretores e analistas da área de segurança, além de autoridades do setor**. Simultaneamente ao WSC'26, ocorrerá o World Security Show, uma exposição que trará as inovações do setor. O evento reunirá, em um único espaço, as melhores opções do mercado. O objetivo da exposição é exibir de forma concreta as últimas inovações em segurança mundial, promovendo o encontro entre fornecedores e consumidores.

O WSC'26 é uma oportunidade imperdível para as empresas que buscam visibilidade internacional, pois as empresas poderão apresentar suas soluções para a demanda de segurança institucional e empresarial em crescimento, facilitando ótimos negócios e o intercâmbio com empresários globais.

O congresso é, além de tudo, uma forma de comemorar a incrível conquista da Federação Mundial da Segurança – WSF, que **em 2024 foi reconhecida pela ONU - Organização das Nações Unidas - como uma entidade de valor mundial, conquistando um lugar à mesa da ECOSOC** - Conselho Econômico e Social da ONU, este status permite que a WSF tenha um papel ativo nas atividades e processos de tomada de decisão do ECOSOC, bem como de seus órgãos subsidiários, o que amplia suas capacidades de influência e participação em fóruns internacionais.

No WSC'26 você vai encontrar



3000

C-LEVELS E HEADS
DA SEGURANÇA
PRIVADA



06

ESPAÇOS DE
CONTEÚDOS
COM TRADUÇÃO
SIMULTÂNEA



30

HORAS DE
DEBATES SOBRE O
MERCADO



+5500

M² DE
POSSIBILIDADES



78

ESPAÇOS PARA
NEGÓCIOS E
OPORTUNIDADES

Visite o congresso da segurança privada



22 e 23 de Abril 2026

Distrito Anhembi – São Paulo

www.wscbrazil.com

Garanta sua participação:



Realização:



Patrocínio:



Organização:



LIVRO ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA E DA SEGURANÇA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS APRESENTA UMA ANÁLISE PROFUNDA DA NOVA LEGISLAÇÃO

Décima segunda publicação da advogada Celita Oliveira Sousa esclarece todos os pontos da Lei nº 14.967/2024

A Casa de Chá, localizada na Praça dos Três Poderes, em Brasília, com todo simbolismo que o local reserva, no dia 12 de agosto, foi palco do lançamento do livro Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras. Escrito pela advogada Celita Oliveira Sousa, publicado pela Marini Editora, o livro analisa de maneira minuciosa cada palavra, frase, artigo da Lei nº 14.967/2024, o Estatuto da Segurança Privada.

Com o olhar de quem atua no meio sindical e no setor de segurança privada há mais de quatro décadas, cada uma das cerca de 200 páginas que compõem o livro são uma aula profunda sobre todos os aspectos da nova legislação. A paixão da autora pelo tema fica evidente ao longo do texto, construído de forma simples e prática, para ser facilmente entendido pelos leitores.

“Este é o meu décimo segundo livro, mas cada um que escrevo e publico me desperta quase a mesma sensação, a de ter um filho. Todos eles são muito especiais para mim, com a expectativa de que poderá ser útil para muitos estudiosos e aplicadores do Direito, para empreendedores e estudantes. O processo criativo de escrita deste livro foi lastreado na minha longa experiência e em meu profundo conhecimento da atividade como advogada de empresas de segurança e representação delas perante órgãos públicos, e como consultora jurídica da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte

de Valores (Fenavist) e de sindicatos por muitos anos, tendo, inclusive, como advogada, cuidado da fundação da Fenavist e de muitos sindicatos, como também usei muito a pesquisa nos documentos que, a pedidos, elaborei por muitos anos”, comenta Celita.

“Este livro me enseja uma emoção grande e particular, porque o texto da lei comentada tem muita contribuição minha, desde o seu nome, e a elaboração de anteprojetos que a Fenavist levou como sugestão aos parlamentares”

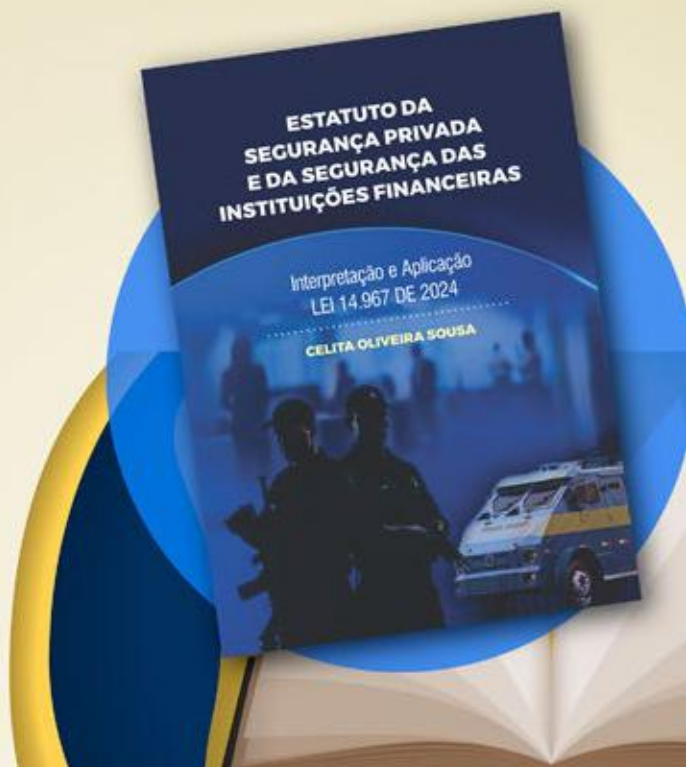


Mesmo sendo uma autora experiente, a advogada não esconde o entusiasmo com a nova criação. “Este livro me ensina uma emoção grande e particular, porque o texto da lei comentada tem muita contribuição minha, desde o seu nome, e a elaboração de anteprojetos que a Fenavist levou como sugestão aos parlamentares, com seus dirigentes trabalhando com afinco e imensa dedicação para que fosse compreendida a necessidade de modernizar a legislação da importante atividade de segurança privada”, explica.

Celita Sousa espera um impacto positivo na compreensão dos leitores sobre a nova regulamentação. “A nova legislação traz aspectos complexos como, por exemplo, o início de vigência; as novas denominações, marcadamente das empresas de transporte de valores que, pela nova lei, passam a denominar-se empresas de transporte de numerários e bens. O futuro da segurança privada torna-se mais promissor com a nova lei que, inclusive, prevê a atuação em vários campos não contemplados pela lei anterior por esta revogada, a de nº 7.102, de 1983. A nova lei faz também a previsão de novas funções para os profissionais de segurança privada. Assim, o futuro da segurança privada será de uma atividade pujante, destacada, mais respeitada e mais requisitada”, argumenta.

Apoio da Fenavist

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) é apoiadora oficial do livro Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras. Além de contribuir financeiramente para o projeto, a entidade também irá distribuir algumas unidades da publicação. A ação faz parte da campanha de conscientização do mercado sobre a nova legislação.



Nos próximos meses, o livro estará à venda em livrarias físicas e plataformas digitais.

“Eu gostei muito do resultado, o livro ficou leve e de fácil leitura, em um tamanho ideal, porque as pessoas, hoje, pela vida muito corrida, buscam informações mais objetivas, mas sem perderem a consistência.

Este livro preenche bem isso. Procurei tratar cada artigo da lei de forma bem clara, para que o conteúdo seja importante não somente para advogados e juízes, mas também para empresários, executivos, coordenadores e dirigentes sindicais e trabalhadores”, finaliza Celita Sousa.

REFORMA TRIBUTÁRIA E BENEFÍCIOS TRABALHISTAS: Entendimentos sobre Tributação e Crédito Fiscal

Análise técnica das alterações promovidas pela EC 132/23 e LC 214/24 e seus impactos na gestão dos benefícios.

Thiago Mathias

Bem Mais Benefícios

A entrada em vigor da EC 132/23 e da LC 214/24 trouxe mudanças significativas para a tributação dos benefícios trabalhistas. A nova sistemática do IBS e da CBS redefine as condições para a concessão de créditos fiscais relativos a vantagens concedidas aos colaboradores, o que exige maior atenção das empresas na gestão desses benefícios.

Com a regulamentação da LC 214/24, estabeleceu-se que somente os benefícios previstos em acordo ou convenção coletiva são passíveis de gerar créditos tributários. Essa determinação implica que benefícios concedidos sem formalização sindical podem deixar de gerar esses créditos, impactando a carga tributária das organizações.

O entendimento atual indica que não haverá a incidência do IVA sobre o valor total dos benefícios,

mas exclusivamente sobre a taxa de serviço correspondente. Essa interpretação busca garantir que a tributação seja condizente com a natureza dos benefícios e as normas vigentes, para evitar interpretações divergentes.

Como destaca Juliana Albano, gestora jurídica da Bem Mais Benefícios: “A reforma tributária não impacta apenas balanços e planilhas, ela transforma também a forma como empresas se relacionam com seus talentos. Benefícios deixaram de ser ‘extras’ para se tornarem estratégias de atração, permanência e reputação. E os líderes, precisam estar preparados para esse novo jogo”.

Entre as práticas adotadas por empresas que buscam adequação e eficiência estão:

- Revisão de acordos coletivos para incluir benefícios que possibilitem creditamento tributário, como saúde, alimentação e educação;
- Migração de benefícios não dedutíveis para programas com contrapartida sindical, com vistas à manutenção do crédito fiscal;
- Análise comparativa entre o custo da negociação coletiva e a perda potencial de créditos tributários para embasar decisões estratégicas.

A reforma tributária impõe novos desafios à gestão dos benefícios trabalhistas, que passam a ser parte integrante da estratégia fiscal e organizacional. A adequação às regras vigentes é fundamental para a mitigação de custos e para o fortalecimento das relações entre empresas e colaboradores.





Fenavist debate regulamentação do Estatuto da Segurança Privada com o Ministério da Justiça

Texto está sob análise antes de ser enviado à Casa Civil para publicação

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) reuniu-se, no dia 18 de junho, com o secretário nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, e com o coordenador-geral de Gestão da Pasta, Leozidio França, para tratar do decreto que regulamentará o Estatuto da Segurança Privada.

Durante o encontro, discutiram os últimos ajustes feitos no texto do decreto regulamentador da Lei nº 14.967/2024, que atualmente está sob análise no Ministério da Justiça antes de ser encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para publicação.

A Fenavist foi representada na reunião pelo vice-presidente para Assuntos da Região Sudeste, Frederico Camara; pela superintendente da Entidade, Ana Paula Queiroga; pela assessora parlamentar, Cléria Santos; e pelos advogados Eder Leite e Felipe Villarinho.

Os representantes do segmento reforçam a importância da publicação do texto, uma vez que muitos dos avanços proporcionados pela nova legislação só terão efeito após a regulamentação.

Decreto tem repercussão na imprensa

Devido à importância da segurança privada para o País, o decreto que irá regulamentar a Lei nº 14.967/2024 tem chamado atenção da imprensa. Matéria do jornal Folha de São Paulo do dia 9 de junho afirma que o decreto vai apresentar um grande avanço no combate à clandestinidade no Brasil.

Segundo a reportagem, o texto, elaborado pela Polícia Federal e entregue ao Ministério da Justiça, prevê multas de até R\$ 30 mil para policiais, guardas municipais e outros agentes que atuem clandestinamente no setor.

Ouvido pela reportagem, Ivan Hermano, vice-presidente da Fenavist para Assuntos da Região Centro-Oeste, afirmou que “A nova lei vai auxiliar a Polícia Federal a coibir os abusos recorrentes no setor, algo que era difícil, já que a legislação anterior previa autuação apenas sobre as empresas registradas. Um dos pontos importantes trata das especificações da vigilância clandestina, que é feita geralmente pelos policiais”.

Leia a íntegra da matéria em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/06/governo-preve-multa-de-ate-r-30-mil-para-policiais-em-vigilancia-privada-clandestina.shtml>

Fenavist e sindicatos lançam campanha nacional sobre o **Estatuto da Segurança Privada**

O objetivo é informar e conscientizar empresários, contratantes e a sociedade sobre as mudanças promovidas pela Lei nº 14.967/2024



A Lei nº 14.967/2024, que institui o novo Estatuto da Segurança Privada, está em vigor desde setembro do ano passado, quando foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A nova legislação é uma das mais completas e modernas do mundo e eleva a segurança privada brasileira ao patamar da segurança privada dos países desenvolvidos. Segurança jurídica, novos serviços e combate efetivo da clandestinidade são apenas algumas das novidades.

Para que atinja todo o potencial, é necessário que os atores da segurança privada tenham um conhecimento profundo do Estatuto da Segurança Privada. O texto tem cerca de 70 artigos com obrigações, direitos, punições, enfim, todas as especificidades do segmento.



Pensando nisso, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e os sindicatos estaduais em todo o País lançaram em julho a campanha nacional de divulgação do Estatuto da Segurança Privada. O objetivo é informar o setor sobre os principais pontos e exigências da nova legislação; posicionar a Fenavist e os sindicatos como referências técnicas e jurídicas; estimular a adequação rápida das empresas às novas exigências legais, para redução da clandestinidade e maior formalização; fortalecer a imagem institucional da segurança privada perante a sociedade, destacando sua relevância e o profissionalismo de quem a exerce, além de conscientizar e mobilizar empresários e profissionais da área de segurança privada e criar um movimento nacional em torno da valorização e modernização do setor da segurança privada, impulsionado pela nova lei.

A campanha começou pelas mídias sociais. Em uma ação coordenada, a Fenavist e os sindicatos têm divulgado matérias informativas, além de esclarecimento de dúvidas. Ao longo de um ano, período de duração prevista, outras ações serão desenvolvidas. A promoção de eventos presenciais, a distribuição de cartilhas e folders, lives e webinars, podcasts, assim como o trabalho com a imprensa também farão parte da campanha.

O material para os contratantes receberá uma atenção especial. A nova Lei pune não apenas quem oferece serviços irregulares, mas também quem contrata.

Faça parte dessa transformação. Acompanhe as redes sociais da Fenavist e dos sindicatos para não perder nenhuma novidade e ficar por dentro da segurança privada.

CONGRESSO NACIONAL

O QUE ESPERAR NESTE SEGUNDO SEMESTRE DE 2025



Cléria Santos
consultora
parlamentar
da Fenavist

Com o acirramento dos ânimos nos últimos dias dos trabalhos do Congresso Nacional, com a decisão do STF, no dia 16 de julho, de validar o decreto presidencial que aumentou o IOF, contrariando a decisão das duas Casas do Congresso Nacional, a expectativa cresce em torno do conflito gerado entre os três poderes.

Além disso, a decisão do presidente americano Donald Trump em taxar os produtos brasileiros exportados para os EUA em 50%, a partir de 1º de agosto, pegou todo mundo de surpresa, em função de ter sido a maior tarifa aplicada a qualquer país do mundo, com graves consequências para a economia brasileira. Mesmo com a evidência do superávit comercial dos Estados Unidos em relação ao Brasil nos últimos 16 anos, o País foi atingido com a maior tarifa, a despeito da Turquia, por exemplo, que, apesar de ser superavitária em relação aos EUA, foi atingida por uma tarifa de apenas 10%.

A decisão do presidente dos Estados Unidos, portanto, foi claramente política, como tem demonstrado em outras decisões, o que, para além do embate político, se se mantiver o “tarifaço”, a economia do País será impactada, e isso provocará perdas da ordem de R\$175 bilhões do PIB, ao longo dos próximos anos, além de refletir também

em perda de mais de 1,3 milhão de postos de trabalho no Brasil. Com todo esse cenário, aliado à polarização política acirrada desde as eleições de 2022, e ainda com o desgaste nas relações entre os poderes constituídos, Executivo, Legislativo e Judiciário, o País está longe de trilhar o caminho da normalidade e do desenvolvimento econômico desejável pela grande maioria da sociedade.

Sem sombra de dúvida, mais uma vez o País encontra-se em modo de turbulência severa, desestimulando o investimento externo e interno, com as incertezas em meio a uma conjuntura marcada por juros elevados, inflação resistente, o que tem obrigado o Banco Central a manter a taxa Selic em 15% ao ano, o maior patamar desde 2006, retraindo os investimentos. Os reflexos já são sentidos na Bolsa de Valores. Os investidores estrangeiros retiraram do Brasil 3,5 bilhões até meados do mês de julho deste ano. Diante dessa conjuntura, difícil pensar que, em curto e médio prazo, o País tenha condições de manter os índices de crescimento previamente previstos para 2025, acima de 2%.

O cenário é, portanto, de incertezas, e, em momentos assim, o bom-senso deve prevalecer, com o objetivo de garantir a governabilidade do País. Se permanecer o acirramento dos ânimos neste



“O conflito de legislações sobre a contratação de aprendizes tem causado enorme insegurança jurídica”

segundo semestre, sem o consenso entre Executivo e Legislativo, que, em toda medida são dependentes, colocará o País em xeque. Para além dos interesses pessoais, políticos e partidários, o Congresso Nacional tem um compromisso com o povo brasileiro, e decisões importantes deverão ser tomadas para garantir a governabilidade e, ainda, encontrar soluções para os entraves políticos e econômicos nacionais e internacionais, nos quais o País está mergulhado.

Segurança Privada

Para o setor da segurança privada, os números indicaram um crescimento em 2024 da ordem de 7%, ampliando esse crescimento para 10% no primeiro semestre de 2025, o que confirma seu crescimento com estabilidade e também da economia do País. A prevalecer a expectativa de estabilidade econômica, a tendência é que o setor continue a crescer no decorrer deste ano, gerando mais empregos e renda.

Mesmo com a edição da nova lei que regulamenta o setor da segurança privada (Lei nº14.967/24), que veio trazer mais segurança jurídica para as empresas devidamente legalizadas no País, enfraquecendo a prestação de serviços clandestinos de segurança, a lei ainda depende de regulamenta-

ção por parte do Poder Executivo, e o Decreto vem sendo aguardado para este segundo semestre, o que vai contribuir para elucidar e regulamentar dispositivos e normas dessa lei que ainda não estão sendo aplicados ou colocados em prática por falta da devida regulamentação.

Muitas matérias e projetos de lei que impactam o setor ainda estão pendentes de votação pelo Congresso Nacional, como o projeto de lei que altera a legislação sobre o imposto de renda, que, para além da isenção de faixas de rendimentos de pessoas físicas, provocará um grande impacto com aumento de impostos no que diz respeito à distribuição de lucros e dividendos. Essa questão deve ser amplamente debatida neste ano no Congresso Nacional.

Além disso, outro tema importante para a segurança privada com previsão de ser votado este ano diz respeito à cota de aprendizes nas empresas. O conflito de legislações sobre a contratação de aprendizes tem causado enorme insegurança jurídica, notadamente no setor da segurança privada, pela incompatibilidade entre as atividades de vigilância armada e os princípios que regem o trabalho do aprendiz. A alta periculosidade no ambiente de trabalho e a natureza da atividade são incompatíveis com os objetivos que norteiam a política pública de aprendizagem no País. A finalidade do contrato de aprendizagem visa estimular o primeiro emprego e o ingresso de jovens no mercado de trabalho, e a função de vigilante é incompatível com a norma, dado seu caráter perigoso.

Nesse cenário, muitas empresas de segurança são apenas com a aplicação de altas multas, o que tem inviabilizado a continuidade dessas empresas. São temas relevantes que estarão na pauta do Congresso Nacional neste segundo semestre e que precisam, antes de tudo, ser amplamente debatidos, sob pena de precarização do trabalho do jovem aprendiz com consequências negativas para o seu desenvolvimento profissional e pessoal.



En tre vista

CAIRO COSTA DUARTE

COORDENADOR-GERAL DE
CONTROLE DE SERVIÇOS
E PRODUTOS DA POLÍCIA
FEDERAL

O delegado Cairo Costa Duarte assumiu a Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal no dia 14 de maio. Com um currículo robusto dentro da PF, tendo atuado no setor de Inteligência, na Divisão de Repressão à Corrupção, no combate ao crime organizado, além de ter ocupado os cargos de superintendente em Pernambuco e Minas Gerais, de diretor-executivo, e adido policial no Canadá, Cairo Costa Duarte será o responsável por comandar a regulamentação e fiscalização da segurança privada após a entrada em vigor da Lei nº 14.967/2024.

Em entrevista exclusiva à Revista Fenavist, ele aponta os principais desafios e objetivos da Coordenação-Geral. Fala da experiência em outras áreas da Polícia Federal e de que modo pretende utilizar esse conhecimento na Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos. Aborda ainda o combate à clandestinidade e o futuro da atividade.

Confira a íntegra da conversa a seguir.

“Costumo dizer que um dos grandes pilares para os gestores da Polícia Federal gira em torno da possibilidade de conhecer várias áreas e assim poder aplicar a interdisciplinaridade na atividade”

O senhor assumiu recentemente a Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal (CGCSP). Qual era a sua percepção anterior sobre o setor de segurança privada e qual cenário encontrou ao assumir a função?

Bem, nossa impressão anterior à chegada à CGCSP era de uma área em que a Polícia já havia desenvolvido uma expertise ao longo de muitos anos atuando, uma rotina de trabalho para atendimento às demandas do setor. Encontrei um cenário que confirmou nossa expectativa. Claro, com desafios, mas em um ritmo que coaduna com o profissionalismo que a Polícia Federal busca.

Neste curto período à frente da Coordenação-Geral, quais foram as prioridades que o senhor identificou? Há gargalos que merecem atenção imediata?

Neste curto período podemos dizer que nossa prioridade é a atualização do Sistema GESP, para

atendermos, de forma rápida e efetiva, a nossos clientes. Acrescente-se a isso o acompanhamento das propostas de atualização legislativa para a efetivação das modernidades ali inseridas.

O senhor possui um currículo extenso, com passagem por diversas áreas da Polícia Federal, como o setor de Inteligência, a Divisão de Repressão à Corrupção, o combate ao crime organizado, além de ter exercido cargos de superintendente em Pernambuco e Minas Gerais, de diretor-executivo e adido policial no Canadá. De que forma toda essa experiência será aplicada na condução dos trabalhos da CGCSP?

Costumo dizer que um dos grandes pilares para os gestores da Polícia Federal gira em torno da possibilidade de conhecer várias áreas e assim poder aplicar a interdisciplinaridade na atividade. Entendo que os gestores passam por essa capacitação, o que lhes confere a capacidade de atuar com base nas realidades já apresentadas durante nossa carreira.

“Nossa função é, mesmo com os meios materiais e humanos limitados, ser eficientes no combate diário à clandestinidade. Dessa forma, buscaremos ampliar os efetivos humanos nas DELESPs, bem como a modernização dos sistemas”

O senhor assumiu a Coordenação-Geral em um momento de transição legislativa importante para o setor. A aprovação do Estatuto da Segurança Privada era uma demanda histórica de todos os atores do segmento – empresas, trabalhadores, instituições financeiras e a própria Polícia Federal. Como o senhor avalia este novo momento?

Primeiramente, precisamos festejar o alcance de uma legislação tão moderna e esperada pelos atores do setor de segurança privada em nosso País. Faz-se necessário elogiar os colegas da Polícia Federal e da atividade privada de segurança. Superando os obstáculos, por meio de uma visão macro de melhoria, foi possível o êxito. Entretanto, precisamos estar atentos para acompanhar a publicação das normas infralegais e, assim, poder aplicar em sua totalidade a moderníssima norma.

Para que a Lei nº 14.967/2024 atinja todo o seu potencial, ainda é necessário que ela seja regulamentada. O decreto que regulamenta a nova legislação está atualmente sob análise no Ministério da Justiça. Qual é a sua expectativa quanto a isso? E como o senhor avalia o texto encaminhado pela Polícia Federal?

Dentro das possibilidades, com a participação direta do setor privado, a norma encaminhada pela Polícia

Federal pode ser considerada um sucesso para a efetivação das modernidades aprovadas pelo legislador pátrio.

A clandestinidade segue como um dos principais desafios da segurança privada no País. Como o senhor pretende enfrentar essa questão no âmbito da CGCSP?

Nossa função é, mesmo com os meios materiais e humanos limitados, ser eficientes no combate diário à clandestinidade. Dessa forma, buscaremos ampliar os efetivos humanos nas DELESPs, bem como a modernização dos sistemas.

Quais são as metas e prioridades do senhor em curto, médio e longo prazo à frente da Coordenação-Geral?

Como já alinhei, queria pontuar os dois maiores desafios – a modernização do sistema GESP e a efetivação das normas infralegais para o exercício de nossa atividade.

Como o senhor enxerga o futuro da segurança privada no Brasil?

Vejo a segurança privada em nosso País cada dia mais profissional e forte. Com a participação dos atores comprometidos com o cumprimento da norma, a segurança privada será cada dia mais forte. Tive a oportunidade de conhecer a

realidade da segurança privada em países da América do Sul e posso dizer, com tranquilidade, que estamos muito bem, até mesmo como modelo de vanguarda internacional.

A Fenavist sempre defendeu a atuação conjunta com a Polícia Federal e, ao longo dos anos, desenvolveu parcerias que resultaram em avanços significativos para o setor. O senhor considera importante essa cooperação entre a PF e a Federação? De que forma ela contribui para o desenvolvimento da atividade?

Venho de uma escola em que a Polícia deve atuar para a sociedade e dentro dela. Dessa forma, vejo como imperiosa essa cooperação com a Federação.

Para encerrarmos, e mais uma vez agradecendo sua participação, o senhor poderia deixar uma mensagem ao setor da segurança privada?

A mensagem passa pela frase que gosto de usar quando recebo os membros da sociedade civil, que é: Fazemos parte do mesmo lado da moeda. Construiremos uma segurança privada em nosso País com debates honestos e vislumbrando o bem comum.

SEGURANÇA PRIVADA atinge a marca de 571 mil postos de trabalho

Número representa uma alta de 10% nos cinco primeiros meses de 2025. Dado faz parte do Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Os primeiros meses de 2025 começaram promissores para a segurança privada brasileira. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado no dia 24 de julho, apontam que, em maio, existiam 571.158 vigilantes em atividade, um aumento de 10% nos cinco primeiros meses do ano. Desse total, 546.433 estão empregados em empresas especializadas de segurança privada. O restante, 24.725, está nas empresas orgânicas, que são companhias, indústrias e comércio que optam por realizar a própria segurança, seguindo a legislação e as regras impostas pela Polícia Federal (PF).

Em dezembro de 2024, segundo informações da PF, órgão que regulamenta e fiscaliza a atividade, as quais foram compiladas pelo Departamento de Estatística da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) para o anuário, existiam 519.095 vigilantes atuando em todo o Brasil.

Mesmo se for adotado o recorte de 12 meses, o aumento no número de trabalhadores é bem superior ao crescimento econômico. Em maio de 2024, 530.194 vigilantes estavam empregados no

Brasil. Considerando os atuais 571.158, o acréscimo no número de profissionais foi de mais de 7%.

A participação feminina voltou a apresentar leve crescimento. Agora, elas representam 15% do total de vigilantes em atividade, de acordo com dados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Ainda em relação ao perfil dos trabalhadores, 11% têm até 29 anos, 29% possuem entre 30 e 39 anos, 36% estão com 40 a 49 anos e 24% têm mais de 50 anos.

Setenta e nove por cento dos profissionais que atuam como vigilantes possuem ensino médio completo. Dois por cento têm ensino superior incompleto e 3% já concluíram a faculdade. Ou seja, 84% dos trabalhadores possuem, pelo menos, o ensino médio.

Os dados do anuário mostram ainda que existem cerca de 200 mil vigilantes aptos a exercer a profissão à espera de uma oportunidade. Segundo a Polícia Federal, 765.942 pessoas estão com o curso de formação atualizado. Em maio de 2024, eram de 799.117.

Quantidade de vigilantes com vínculos ativos Brasil e Regiões - 2021-2025 ⁽¹⁾

Brasil e Regiões	Vigilantes														
	2021			2022			2023			2024 ⁽²⁾			2025		
	Especializadas	Orgânicas	Total	Especializadas	Orgânicas	Total	Especializadas	Orgânicas	Total	Especializadas	Orgânicas	Total	Especializadas	Orgânicas	Total
Brasil	502.318	23.790	526.108	471.116	24.873	495.989	464.060	21.013	485.073	497.622	21.473	519.095	546.433	24.725	571.158
Região Norte	34.068	1.119	35.187	33.468	1.262	34.730	35.921	1.105	37.026	36.409	1.127	37.536	40.094	1.233	41.327
Região Nordeste	98.802	5.362	104.164	98.136	5.967	104.103	98.377	5.026	103.403	102.244	5.130	107.374	111.516	5.697	117.213
Região Centro-Oeste	50.182	1.898	52.080	49.502	1.876	51.378	48.062	1.622	49.684	52.274	1.689	53.963	57.712	1.948	59.660
Região Sudeste	243.633	12.392	256.025	222.451	12.694	235.145	213.946	10.575	224.521	231.092	10.942	242.034	253.863	12.548	266.411
Região Sul	75.633	3.019	78.652	67.559	3.074	70.633	67.754	2.685	70.439	75.602	2.585	78.188	83.248	3.299	86.547

Fonte: Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Para os anos de 2021 e 2022, os dados correspondem ao mês de março de cada ano. Para 2023, os dados se referem ao mês de junho. Para 2024, a posição dos dados é o mês de dezembro e, para 2025, o mês de maio.

(2) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024.

Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes Brasil, Regiões e Unidades da Federação - 2022-2025 ⁽¹⁾

Brasil, Regiões e UFs	Número de Escolas				Vigilantes com cursos ativos ⁽²⁾				Vigilantes com cursos vencidos				Vigilantes com cursos afastados			
	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025
Brasil	300	328	356	361	787.914	775.640	799.117	765.942	2.320.522	2.395.523	2.516.674	2.563.347	36.771	41.558	42.676	45.491

Fonte: Abcfav - Associação Brasileira de Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Para o ano de 2022, os dados correspondem ao mês de maio. Para 2023, os dados se referem ao mês de março. Para 2024, a posição dos dados é o mês de maio e, para 2025, o mês de abril.

(2) Vigilantes que estão com o curso vigente, estando ou não trabalhando.



Número de Empresas

Os dados apontam para uma estabilidade no número de empresas autorizadas a funcionar pela Polícia Federal. Atualmente, são 4.770, das quais 2.899 especializadas e 1.871 orgânicas. Em dezembro de 2024, eram 4.764 empresas: 2.875 especializadas e 1.889 orgânicas.

O número de cursos de formação e aperfeiçoamento de vigilantes também se manteve praticamente igual. Em abril deste ano, 361 escolas estavam autorizadas a funcionar. Em maio do 2024, eram 356.

Quantidade de estabelecimentos, por tipo
Brasil - 2015-2025

Tipo	Quantidade de estabelecimentos										
	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 ⁽²⁾	2025
Total	2.553	2.561	4.801	4.753	4.681	4.618	3.625	4.694	4.804	4.764	4.770
Especializadas	...	...	2.627	2.694	2.664	2.680	2.471	2.840	2.963	2.875	2.899
Orgânicas	...	...	2.174	2.059	2.017	1.938	1.154	1.854	1.841	1.889	1.871

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
(...) Informação não disponível.
(1) Dados de 2015 e 2016 não possuem desagregação por tipo de empresa.
(2) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024.

Veículos

Com a utilização cada vez maior de pagamentos por meios digitais, como pix e cartões, a circulação de dinheiro em espécie tem caído ano após ano. Esse pode ser um dos motivos para uma nova redução no número de carros-fortes, que passou de 4.236, em maio do ano passado, para 4.031 no mesmo período de 2025.

Por sua vez, o número de veículos de escolta armada se manteve próximo, passando de 3.873 para 3.765 em doze meses.

Os veículos leves também tiveram uma leve queda. Eram 892, em maio de 2024. Agora, somam 755.

Veículos registrados pelas empresas de segurança privada, por tipo de veículo
Brasil - 2021-2025 ^{(1) (2)}

Tipo	Veículos				
	2021	2022	2023	2024	2025
Carros-fortes	4.598	4.574	4.549	4.236	4.031
Escolta Armada	3.517	3.543	3.569	3.873	3.755
Carro Leve de Transporte de Valores	1.001	980	959	892	755
Outros	-	-	-	-	-
Total	9.116	9.097	9.077	9.001	8.541

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
(-) Fenômeno inexistente.
(1) Para os anos de 2021 e 2022, os dados correspondem ao mês de março de cada ano. Para 2023, 2024 e 2025 os dados se referem ao mês de maio.
(2) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024.

Multas

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública também aponta que o valor arrecadado com multas pela Polícia Federal no ano passado foi de R\$ 10.324.783,00. O valor médio das infrações foi de R\$ 5.524,00. A maior parte da arrecadação veio das instituições financeiras, que desembolsaram R\$ 6.703.254,00 em multas. As empresas especializadas pagaram R\$ 3.492.399,00 em infrações, enquanto as empresas orgânicas, R\$ 129.130,00.

Penalidades aplicadas pela Polícia Federal a estabelecimentos de segurança privada
Brasil - 2023-2024

Penalidade	Grupo	2023			2024		
		Quantidade	Valor (em R\$)	Média (em R\$)	Quantidade	Valor (em R\$)	Média (em R\$)
Cancelamento punitivo	Especializadas	89	...	...	55	...	...
Cancelamento punitivo	Orgânicas	45	...	...	17	...	...
Interdição	Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-
Multa	Especializadas	1.743	4.274.668	2.452	1.293	3.492.399	2.701
Multa	Instituições Financeiras	852	11.640.055	13.662	521	6.703.254	12.866
Multa	Orgânicas	170	375.425	2.208	55	129.130	2.348
Total		3.409	16.290.147	5.892	2.400	10.324.783	5.524

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(...) Informação não disponível.

Estatuto da Segurança Privada

Ao analisar os dados, o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, afirma que eles refletem o esforço de todo o setor, que não esmoreceu diante dos vários desafios dos últimos anos. “Tivemos determinação e resiliência para enfrentar as crises econômicas, mudanças de governo e até mesmo uma pandemia mundial. Vimos os números de postos de trabalho caírem vertiginosamente durante um longo período dessa caminhada. Felizmente, estamos começando a voltar aos trilhos.

Nazário ainda é cauteloso em relacionar o resultado nos últimos meses diretamente à entrada em vigor da Lei nº 14.967/24, em setembro do ano passado. Segundo ele, o novo Estatuto da Segurança Privada pode ter sido um dos fatores, mas o efeito prático deve vir nos próximos anos.

“São poucos meses em vigor. Ainda falta a publicação do decreto regulamentador, por isso

ainda é cedo para fazer qualquer análise mais profunda dos efeitos imediatos. Essa norma detalhará o modo como os diversos agentes do setor devem se comportar e operar dentro dos parâmetros estabelecidos pela nova lei. Embora o Estatuto já esteja em vigor, muitas de suas disposições ainda não podem ser aplicadas ou colocadas em prática sem essa regulamentação. No entanto, não dá para negar que algumas estatísticas apontam para um cenário de avanços”, explica o presidente da Fenavist.

Por essa razão, a Fenavist intensificou a atuação no Ministério da Justiça e na Polícia Federal. “Temos somado esforços com os trabalhadores do setor e com as instituições financeiras, dialogando de forma constante para que o decreto seja publicado com urgência, o que esperamos que ocorra em breve”, afirma Jeferson Nazário.



FENAVIST DISCUTE PORTE DE ARMAS PARA VIGILANTES FORA DO SERVIÇO

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, a Federação mostrou-se favorável à demanda dos trabalhadores

No dia 21 de maio, o vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) para Assuntos Jurídicos, Jacymar Daffini Dalcamini, representou a entidade na audiência pública realizada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, que discutiu “A importância do porte de arma para vigilantes fora do serviço”. O debate foi proposto pelo deputado Coronel Ulisses (União-AC).

Em sua fala, além de apresentar a Federação e o segmento, Jacymar Dalcamini trouxe uma contribuição técnica e institucional fundamental para o debate. Segundo ele, a Fenavist apoia a iniciativa de vários parlamentares que “apresentaram projetos de lei, com o objetivo de alterar a legislação, principalmente a Lei nº 10.826 de 2003, o Estatuto do Desarmamento, para conceder o porte de armas para vigilantes devidamente qualificados e autorizados pela Polícia Federal para a obtenção do porte de armas para uso fora do serviço”.

O vice-presidente da Fenavist para Assuntos Jurídicos enfatizou que, “em razão de ser uma atividade perigosa, já reconhecida por lei, os vigilantes, muitas vezes, podem ser alvos de represálias, ou mesmo se verem diante da necessidade de autodefesa, portanto poderiam adquirir arma pessoal, já que possuem o porte, autorizado pela Polícia Federal para o exercício da atividade, além do fato de todos eles serem treinados e capacitados para a utilização de arma de fogo, em cursos especializados nas escolas de formação de vigilantes”.



Jacymar lembrou ainda que, no estado do Espírito Santo, foi aprovada a Lei Estadual nº 11.688, de 4 de agosto de 2022, que reconhecia a atividade como de risco e a necessidade do porte de armas pelos vigilantes de segurança

que trabalham em instituições públicas e privadas. Essa lei, no entanto, foi declarada inconstitucional e invalidada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal em 2024. Os ministros entenderam que a Lei nº 10.826, de 2003, é a norma federal que dispõe sobre o tema, portanto estados e municípios não podem ampliar o acesso ao porte de arma para além das hipóteses previstas na legislação nacional.

Diante desse cenário, o diretor da Fenavist destacou a importância da discussão. “Entendemos que o fórum para o debate e deliberação desse tema é, sem dúvida, o Congresso Nacional para a consecução de uma lei federal que possa alterar o Estatuto do Desarmamento, com a finalidade de permitir o porte de arma aos vigilantes, para além do exercício da sua atividade, com a possibilidade de adquirirem sua arma de uso pessoal para autodefesa”, argumentou.

Também participaram das discussões representantes da Federação dos Vigilantes do Norte e Nordeste (FESVINE/PS), da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada (CONTRASP), do Conselho Nacional da Segurança Privada (Conasep), e do Sindicato dos Vigilantes do Estado do Acre.

O BRASIL QUE TRABALHA NÃO SE ATRAPALHA



**Hélio Gomes
Coelho Júnior**

Advogado, professor de Direito do Trabalho na PUC-PR e consultor jurídico da Fenavist



Recentemente fechamos o semestre e é conveniente, com alguns dados comprovados, dizer que o Brasil que trabalha, sob os auspícios da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deveria ser mais considerado pelos tantos intérpretes de plantão, a maior parte formada de pessimistas quanto ao futuro e otimistas quanto ao passado, como ensinava Lewis Mumford.

O País tem hoje 48.251.304 portadores de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), agora em sua versão digital, número recorde na série histórica iniciada em 2012, o que permite afirmar que bem mais da metade da população brasileira vive a partir dela, direta (trabalhador) ou indiretamente (sua família), fruindo de direitos básicos enraizados desde a Constituição Federal/88. O setor que mais emprega é o de serviços e ele não está listado entre os 17 setores que se beneficiam da desoneração da folha de pagamento, desde 2012. Os lobbies congressuais são habilitados, todavia.

A taxa de desemprego recua, ao redor de 6,2%, certo de que tal percentil é significativamente menor em alguns estados, como exemplos Paraná e Santa Catarina.

A partir da CF e CLT, que os regulam, proliferam convenções e acordos coletivos de trabalho, que alcançaram expressivos 42.323 instrumentos, no último ano, também estimulados pela orientação do Supremo Tribunal Federal (STF) que, no ano anterior, fixou,

sobre o tema 1.046, a validade de normas coletivas de trabalho que limitam ou restrinjam direito trabalhista não assegurado constitucionalmente. A liberdade de contratar o negociado sobre o legislado, via coletiva, tem impulsionado os concertos sindicais. A mediação, exercida pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), no mesmo período, produziu perto de 3.949 composições de interesses coletivos.

Para ornar, a inflação medida pelo INPC, que é referência para os reajustes salariais, segue ao redor dos 5,00%, nos últimos 12 meses, e a do ano em curso ao redor de 3%.

Pela conjugação acima, os salários têm crescido e, na média, a renda de todos os brasileiros ocupados em maio alcançou R\$ 3.457,00.

A proposta do Executivo, que isenta, a partir do ano próximo, quem ganha até R\$ 5.000,00 por mês, segue dormitando no Legislativo. Dir-se-á que há tempo, pois vigerá ano que vem... Aprovado o Projeto de Lei, 90 milhões de brasileiros, entre eles os empregados-CLT, estarão na faixa da isenção total ou parcial, pois as faixas até R\$ 7.000,00 também serão beneficiadas pelo rebate. Alvissaras! Melhor do que debater o fim da jornada 6 por 1 e sugerir 4 por 3...

Em fecho, retocando o título: Brasil que trabalha por suas empresas e empregados não se atrapalha.



MINISTÉRIO DO TRABALHO PRORROGA INÍCIO DA VIGÊNCIA DAS MUDANÇAS NA NR-1

O Ministério do Trabalho e Emprego prorrogou por um ano o início da vigência da nova redação do capítulo “1.5 – Gerenciamento de Riscos Ocupacionais” da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que trata das Disposições Gerais e do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Agora, as alterações passam a valer a partir de 25 de maio de 2026. O novo prazo foi estabelecido pela Portaria MTE nº 765. Durante esse período, a norma terá caráter educativo.

Inicialmente, as mudanças entrariam em vigor no dia 26 de maio de 2025. As alterações, introduzidas pela Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024, têm como principal novidade a inclusão expressa dos fatores de risco psicossociais relacionados com o trabalho no escopo do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO).

Segundo dados do Ministério da Previdência, mais de 400 mil trabalhadores foram afastados em 2024 em virtude de doenças psicossociais — como depressão, ansiedade e síndrome de burnout.

Com as mudanças, as empresas passam a ser obrigadas a realizar avaliações contínuas do ambiente de trabalho e a implementar estratégias preventivas eficazes. Dentre elas, destacam-se a criação de canais abertos de comunicação, programas de

apoio psicológico e ações que promovam um clima organizacional saudável.

O gerenciamento de riscos ocupacionais deve contemplar agentes físicos, químicos, biológicos, riscos de acidentes e também os fatores ergonômicos e psicossociais. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, entre os principais fatores de risco estão metas abusivas, jornadas excessivas, ausência de suporte, assédio moral, conflitos interpessoais e falta de autonomia.

Setores como teleatendimento, bancos e serviços de saúde serão prioritários na fiscalização. Auditores fiscais do Trabalho deverão analisar aspectos ligados à organização do trabalho e levantar dados sobre afastamentos motivados por transtornos mentais.

O descumprimento da norma pode acarretar consequências financeiras expressivas para as empresas. Caso um auditor fiscal do trabalho constate a inexistência de medidas adequadas, o caso poderá ser encaminhado ao Ministério Público do Trabalho (MPT), ao qual cabe ajuizar ação civil pública com aplicação de multas e outras penalidades.

Palestra é sucesso absoluto

Para esclarecer os impactos e orientar profissionais e empresas, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), em parceria com a MEDH, promoveu no dia 12 de maio a palestra: “NR-01: As Doenças Psicossociais e o Ambiente de Trabalho – Como se adaptar à nova regulação?”. A apresentação, gratuita e on-line, contou com 428 inscrições. Além disso, registrou um pico de 282 dispositivos conectados simultaneamente.

Muitas empresas transmitiram o evento em seus auditórios, o que ampliou consideravelmente o alcance do conteúdo.

A palestra foi conduzida pela especialista em Gestão de Saúde Corporativa Ana Luísa G. Coelho Seleme; pelo advogado trabalhista Luís Alberto Gomes Coelho, além do médico e CEO da Livon Rodrigo Tanus; e do auditor do trabalho Luiz Fernando Busnardo.

Os palestrantes abordaram detalhadamente as nuances da Portaria nº 1.419/2024. Você pode acompanhar a íntegra da apresentação pelo canal do Youtube da Fenavist (<https://www.youtube.com/watch?v=yL36w1QmWzc>).

O Ministério do Trabalho também publicou um guia com orientações que pode ser acessado por meio deste link <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/guia-nr-01-revisado.pdf>.



RISCO E CRISE

No Contexto da Comunicação Organizacional

(Jones Machado)

Sinopse: A comunicação tem papel essencial no processo de gestão e gerenciamento de riscos e crises. Ela, juntamente com os setores específicos das organizações (compliance, gestão de riscos, governança, segurança do trabalho, e outros), revela-se competente para a prevenção, por dar a conhecer pela transparência a mitigação dos danos, evitando mortes, desgastes de reputação e imagem, e de prejuízos e crises em série.

Para Timothy Coombs (2010, p.25), “A comunicação é a essência da gestão de crises. Uma crise ou ameaça de crise cria a necessidade de informação. Pela comunicação, as informações são coletadas, processadas em conhecimento e compartilhadas com outras pessoas. A comunicação é crítica em todo o processo de gestão de crises”. No entanto, muitas vezes a comunicação é negligenciada, pois, além de não existir a cultura de gestão de crises no Brasil, as práticas de comunicação de crise são igualmente relegadas.

Diante desse cenário nasce o Observatório da Comunicação de Crise, com vistas a ser um espaço de discussão e reflexão, fonte de pesquisa, popularização da ciência e ambiente de geração de novos conhecimentos.

Neste primeiro ano de atuação do Observatório, compartilhamos em nosso portal 10 entrevistas com especialistas e 20 artigos de opinião de professores e gestores convidados. Cada um deles lançou diferentes olhares, de diversas perspectivas, realizando tensionamentos entre teorias, práticas e



casos de crise. Catalogamos mais de 100 livros, 150 artigos, 40 capítulos de livro, 50 teses e dissertações, além da publicação de dezenas de notícias e disponibilização de relatórios internacionais, agenda de eventos/cursos e outros links relacionados com a área de interesse.

Esse tema é especialmente relevante para executivos de segurança corporativa e empresários do setor da vigilância porque evidencia a importância da comunicação estratégica como ferramenta de prevenção e resposta em situações críticas. Em um ambiente onde riscos operacionais, ameaças à reputação e crises podem surgir a qualquer momento, integrar a comunicação aos processos de gestão de riscos e segurança é fundamental para garantir respostas coordenadas, proteger ativos e preservar a confiança de clientes, colaboradores e da sociedade. Ignorar esse aspecto pode comprometer a eficácia das ações de segurança e ampliar os impactos negativos de um incidente. O livro possui 175 páginas e está disponível para download gratuitamente na Biblioteca de Segurança. Boa leitura!

Acesse www.bibliotecadeseguranca.com.br e tenha acesso a mais de 3.900 títulos publicados.



INASEP: PARCERIAS QUE TRANSFORMAM RESULTADOS NO SETOR DE SEGURANÇA PRIVADA

O INASEP é referência nacional por conectar empresas do setor de segurança privada a soluções inovadoras, estratégicas e de alta qualidade. São 28 parceiros credenciados que oferecem serviços e ferramentas especializadas para elevar a gestão, o desempenho e a competitividade das empresas do setor.



Gestão Integrada de Benefícios

Plataformas em alimentação, refeição, vale-transporte e vale-combustível trazem mais agilidade, transparência e segurança nas relações trabalhistas.



Tecnologia e Inteligência

Softwares de monitoramento, reconhecimento facial e sistemas avançados de gestão otimizam controles internos, ampliam a proteção de dados e aumentam a produtividade.



Gestão e Eficiência

Consultoria financeira, gestão da qualidade, marketing digital e assessoria especializada garantem visão estratégica e maior diferenciação no mercado.



Formação e Capacitação

Treinamentos e programas de desenvolvimento profissional promovem equipes mais qualificadas e serviços de excelência, agregando valor direto ao cliente final.



Segurança privada legal, moderna e eficiente: este é o compromisso do INASEP. Conheça nossos parceiros e transforme os resultados da sua empresa.

Fale com o nosso time:

(61) 3327-5440
(61) 99683-8749

INASEP@INASEP.ORG.BR

ESCANEIE O QR CODE



ACESSE NOSSO CATALOGO DE
PARCEIROS E VANTAGENS

JUSTIÇA AUTOMATIZADA: Uma Análise Jurídica da Resolução CNJ nº 615/2025



**Éder
Machado Leite**
Consultor jurídico
da Fenavist

A crescente incorporação de tecnologias digitais nos sistemas judiciais brasileiros transformou profundamente a forma como os processos são conduzidos, tramitam e são decididos. Dentre essas inovações, destaca-se o uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) que vêm sendo utilizadas em diferentes graus por tribunais em todo o País para organizar dados, classificar ações, propor minutas e otimizar rotinas administrativas.

Com a evolução dessas tecnologias, surgiram também preocupações legítimas relativas aos limites éticos e jurídicos do uso da IA na esfera jurisdicional, especialmente quando se considera a possibilidade de decisões judiciais serem geradas, parcial ou totalmente, por sistemas automatizados.

Nesse contexto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução nº 615/2025, norma que disciplina de forma inédita o uso de inteligência artificial pelos órgãos do Poder Judiciário, estabelecendo parâmetros claros para garantir que a aplicação dessas ferramentas não comprometa direitos fundamentais nem desvirtue as garantias do devido processo legal.

Este artigo tem como objetivo analisar os principais aspectos jurídicos e constitucionais contidos na Resolução CNJ nº 615/2025, avaliar seus limites normativos e os reflexos práticos para os jurisdicionados, com especial atenção às empresas que, por sua natureza, são frequentemente parte em litígios repetitivos.

Com essa análise, pretende-se contribuir para o debate jurídico sobre a inteligência artificial no Poder Judiciário, à luz da Constituição Federal, da legislação infraconstitucional e dos princípios fundamentais que regem a função jurisdicional no Estado Democrático de Direito.

A Justiça digital e o uso de inteligência artificial no Brasil

Nas últimas duas décadas, o Poder Judiciário brasileiro passou por um intenso processo de transformação digital. A implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), o uso de sistemas de precedentes, a digitalização de acervos processuais e a utilização de sessões virtuais de julgamento são exemplos de iniciativas que buscaram conferir maior celeridade, padronização e eficiência à prestação jurisdicional.

Essas medidas estão garantindo que, apesar do aumento no número de processos, os acervos dos Tribunais caiam progressivamente. No caso do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, o acervo do STF era de aproximadamente 92.000 processos em 2006 e, no ano de 2024, caiu para 28.036 processos.

O uso de ferramentas de inteligência artificial passou a ser gradualmente incorporado por diversos tribunais, especialmente por meio de sistemas para triagem de processos, identificação de demandas repetitivas e auxílio na elaboração de minutas de decisões. Essas ferramentas são normalmente classificadas como aplicações de inteligência artificial simbólica ou baseada em regras.

Mais recentemente, no entanto, passou-se a discutir o uso de IA generativa, capaz de gerar textos completos com base em grandes volumes de dados. Esse avanço trouxe à tona preocupações jurídicas mais agudas, uma vez que tais ferramentas podem operar com lógica opaca (a chamada “caixa preta algorítmica”), tornando difícil identificar os critérios que fundamentam o raciocínio da máquina.

Com base nessas constatações, intensificou-se o debate sobre os riscos da desumanização das decisões judiciais e sobre os limites constitucionais da automação de atividades típicas da magistratura. A Resolução CNJ nº 615/2025 surge, portanto, como resposta normativa a essas inquietações, com o intuito de estabelecer diretrizes claras sobre o uso legítimo e responsável da inteligência artificial no Judiciário brasileiro.

A Resolução CNJ nº 615/2025: conteúdo normativo

A Resolução CNJ nº 615 estabelece diretrizes para o uso de inteligência artificial no âmbito do Poder Judiciário e tem como desiderato fixar parâmetros éticos, técnicos e jurídicos para a adoção de ferramentas automatizadas.

Logo em seu artigo 1º, a norma deixa claro que seu objetivo é assegurar que o uso de IA nos tribunais respeite os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, da motivação das decisões e da dignidade da pessoa humana.

Dentre as disposições mais relevantes, destaca-se a vedação expressa à utilização de sistemas de IA para a prolação

automática de decisões judiciais (art. 5º, §1º). A Resolução determina que toda decisão deve ser elaborada ou, no mínimo, supervisionada por um magistrado, que deverá assumir a responsabilidade pelo conteúdo e fundamentação do ato.

A norma também assegura às partes o direito de serem informadas quando uma ferramenta de IA for utilizada em seu processo (art. 7º), bem como o direito de recusar o julgamento por decisão automatizada, nos casos em que a tecnologia utilizada não permita a devida transparência ou revisão humana (art. 8º).

Outro ponto relevante é a exigência de que os sistemas baseados em IA adotados pelos tribunais sejam auditáveis, rastreáveis e passíveis de explicação, com publicação dos critérios utilizados para seu funcionamento. Essa exigência está em consonância com os princípios da transparência algorítmica e da governança digital.

Além disso, a Resolução impõe obrigações aos tribunais de promoverem capacitação técnica e jurídica dos magistrados e servidores, de forma que se garanta o uso ético e seguro da IA. Há também previsão de que cada tribunal institua um Comitê de Ética para avaliar e supervisionar o uso das tecnologias empregadas.

Trata-se, portanto, de um marco regulatório que busca equilibrar inovação tecnológica e respeito aos direitos fundamentais. Todavia, na prática, o que se verifica é mais uma ferramenta para que os Tribunais possam promover a gestão de acervo de processos, a qual traz sérios riscos à imparcialidade e à legitimidade do processo jurisdicional.

Riscos e repercussões práticas da automação para o setor empresarial

O avanço da automação no processo judicial, especialmente por meio da utilização de inteligência artificial, traz consigo riscos concretos para o setor empresarial, notadamente para empresas que atuam em segmentos altamente regulados e frequentemente sujeitos a litígios repetitivos, como é o caso da segurança privada.

Empresas de segurança são comumente demandadas em ações trabalhistas com pedidos padronizados, bem como em execuções fiscais decorrentes de contribuições questionadas ou parcelamentos inadimplidos. O uso de IA para a triagem e elaboração de decisões nesses processos pode acarretar julgamentos sumários, desconsiderando peculiaridades de cada caso concreto, o que compromete a justiça individual das decisões.

Além disso, há risco de que decisões automatizadas gerem resultados desproporcionais ou inconstitucionais, sobretudo quando a ferramenta utilizada não permite auditoria externa nem explicação compreensível de sua lógica interna. A eventual falta de transparência e de supervisão judi-

cial efetiva pode agravar o desequilíbrio já existente entre o poder público e o setor empresarial na relação processual.

Outro aspecto relevante diz respeito ao dever do advogado de identificar decisões eventualmente prolatadas com auxílio de inteligência artificial sem a devida motivação humana. Nesses casos, a atuação jurídica precisa ser estratégica, com impugnações fundadas no art. 93, IX, da Constituição, e no art. 489 do Código de Processo Civil, especialmente quando se identificar ausente motivação suficiente ou quando a decisão demonstrar vício de origem algorítmica.

O uso de IA no Judiciário, portanto, não pode ser tratado com ingenuidade. Embora ofereça ganhos de eficiência para os Tribunais, sua aplicação deve ser acompanhada de mecanismos de controle e de garantia dos direitos fundamentais, sob pena de desvirtuamento da função jurisdicional e de comprometimento da segurança jurídica, especialmente em setores já sujeitos a elevada litigiosidade.

Considerações finais

A promulgação da Resolução CNJ nº 615/2025 representa um esforço normativo relevante na regulamentação do uso de inteligência artificial no Poder Judiciário brasileiro. Ao estabelecer princípios de transparência, supervisão humana e responsabilidade institucional, o normativo reafirma o compromisso do Judiciário com a preservação das garantias constitucionais e com a integridade do devido processo legal.

As ferramentas de IA, embora possam representar importante vetor de eficiência, sua incorporação às atividades jurisdicionais deve ser acompanhada de rigorosos critérios éticos, jurídicos e técnicos. A motivação das decisões, a possibilidade de controle pelas partes e a responsabilização funcional do magistrado não podem ser mitigadas por conveniência operacional.

O setor empresarial, especialmente aquele que convive com litígios de massa e demandas repetitivas, precisa estar atento aos riscos da automação desassistida. A atuação da advocacia ganha, nesse contexto, novo relevo: cabe ao profissional do Direito identificar falhas, impugnar decisões automatizadas que comprometam garantias fundamentais e exigir a observância das normas que regulam o uso de IA nos processos judiciais.

A Resolução CNJ nº 615/2025, ao mesmo tempo em que inaugura uma fase de inovação regulada, demanda vigilância contínua e aprimoramento constante. É papel das instituições jurídicas, das entidades de classe e da sociedade civil acompanhar a implementação prática da norma, fiscalizando sua aplicação e propondo aperfeiçoamentos à luz das dinâmicas tecnológicas e dos imperativos constitucionais.

Informação SEGURA



STF CONFIRMA A CONSTITUCIONALIDADE DE DECRETOS SOBRE CONTROLE DE ARMAS

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu como constitucionais os Decretos nº 11.366/2023 e nº 11.615/2023, que regulamentam o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). As normas foram editadas com o objetivo de restaurar e reforçar a política pública de controle de armas, que havia sido flexibilizada entre 2019 e 2022. Nesse período, o aumento do acesso a armas e munições por caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) ocorreu sem o devido fortalecimento dos mecanismos de fiscalização.

Os decretos de 2023 adotaram diversas medidas para conter a disseminação de armas de fogo no País. Dentre elas, destacam-se a centralização do controle de armas no Sistema Nacional de Armas (SINARM), a limitação do número de armas e munições, a exigência de justificativa concreta para a aquisição, a redução da validade dos registros de CACs e a instituição de avaliação psicológica periódica. Além disso, restringiram-se atividades como tiro desportivo e caça, garantindo-se normas de transição para preservar a segurança jurídica de situações consolidadas sob a regulamentação anterior.

A decisão do STF considerou que os decretos respeitam os limites do poder regulamentar conferido ao presidente da República (art. 84, IV, da Constituição) e estão alinhados aos valores constitucionais da segurança pública e do direito à vida. O STF reafirmou que não há direito



fundamental ao acesso irrestrito a armas de fogo e ressaltou a legitimidade de políticas públicas voltadas para a redução da violência armada. A decisão foi unânime, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 85, relatada pelo ministro Gilmar Mendes.

iante desse cenário, a segurança privada passou a ser um tema central nas discussões sobre segurança pública no Brasil. A colaboração entre empresas privadas e órgãos públicos vem sendo considerada uma estratégia viável para ampliar a cobertura e a eficiência dos serviços, desde que feita com transparência e dentro dos limites legais estabelecidos.

SUSPENSÃO EM TODO O PAÍS DOS PROCESSOS QUE VERSAM SOBRE A LICITUDE DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – TEMA 1389

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão de todos os processos que discutem a legalidade da pejetização, ou seja, a contratação de trabalhadores como pessoa jurídica para evitar vínculos empregatícios. A decisão visa uniformizar o entendimento sobre o tema e evitar decisões conflitantes entre diferentes instâncias da Justiça laboral.

A pejetização ocorre quando empresas contratam trabalhadores como pessoas jurídicas, simulando uma relação de trabalho autônomo, mas, na prática, a relação assemelha-se a um vínculo empregatício. A suspensão dos processos busca evitar que a Justiça do Trabalho continue a emitir decisões divergentes sobre a pejetização. O STF pretende definir uma decisão única sobre o tema, que terá efeito vinculante para todas as instâncias judiciais.

AVANÇO TECNOLÓGICO IMPULSIONA O CRESCIMENTO DA SEGURANÇA PRIVADA

Notório é que o setor de segurança privada no Brasil tem apresentado um crescimento significativo, com alta no último ano, assim como no faturamento. O destaque vai para os avanços tecnológicos, cada vez mais populares pela conectividade e pelo custo reduzido. Além disso, cresce a demanda por sistemas robustos tanto em ambientes residenciais, quanto comerciais, impulsionada pela sensação crescente de insegurança no País, mesmo com avanços tecnológicos e novas soluções surgindo no mercado.



A percepção da insegurança ainda domina a população: 90% dos brasileiros veem a criminalidade como uma grande preocupação, e mais de 70% consideram que ela está piorando, conforme o Atlas/Bloomberg. Isso acontece apesar de dados oficiais do Mapa da Segurança Pública 2025 indicarem queda nos homicídios dolosos. Na prática, a percepção de risco pesa mais que os dados reais e impulsiona a contratação de serviços privados, o que reforça a atuação de empresas do setor.

A evolução tecnológica também tem papel central nesse crescimento. Com inteligência artificial, Internet mais veloz e dispositivos com padrões de proteção internacional, os sistemas tornaram-se mais eficazes e acessíveis. Ao mesmo tempo, a incapacidade do Estado de garantir segurança plena e eficaz reforça o protagonismo da segurança privada. O mercado tende a continuar aquecido nos próximos anos, movido tanto pelo desejo de proteção quanto pela inovação constante em tecnologias de vigilância.

TST RECONHECE HORAS EXTRAS DE EMPREGADO APÓS INVALIDAR CONTROLE DE PONTO COM VARIAÇÕES MÍNIMAS E REPETITIVAS

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou recurso da Coelba contra o pagamento de horas extras a um eletricista terceirizado, após considerar inválidos os registros de ponto apresentados. Os horários, com variações mínimas e repetitivas, foram julgados inconsistentes, e a jornada alegada pelo trabalhador – das 7h às 18h30 ou 19h – foi aceita como verdadeira. O caso reforça o entendimento de que registros artificiais não têm valor probatório.

O eletricista, contratado pela Eletec e prestador de serviços para a Coelba, alegou que era obrigado a registrar horários fixos no ponto, que não refletiam a real jornada de trabalho. O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região constatou que, a partir de 2012, os registros passaram a seguir um “estranho padrão” de pequenas variações semanais, levantando dúvidas sobre sua veracidade. Por isso, o TRT-5 reformou a decisão de primeira instância, reconhecendo o direito às horas extras.

Ao analisar o recurso, o ministro relator Douglas Alencar destacou que a empresa demonstrou “criatividade” para tentar burlar a jurisprudência. Segundo a Súmula 338, do TST, quando os registros de ponto são considerados inválidos, cabe ao empregador provar a jornada alegada, o que não ocorreu no caso. Assim, prevaleceu o relato do trabalhador, e a decisão do TRT-5 foi mantida pela terceira instância (Processo: AIRR-0000895-33.2016.5.05.0002).



TRT-10 PROPÕE ACORDO ENTRE SINDICATOS DE VIGILANTES DO DF E EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), por meio do Cejusc de 2º Grau, apresentou uma proposta de acordo para resolver o impasse entre o Sindicato dos Vigilantes (Sindesv-DF) e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada (Sindesp-DF). A iniciativa foi formalizada no âmbito de uma reclamação pré-processual e tem como objetivo solucionar divergências sobre cláusulas da nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), especialmente em relação ao pagamento do intervalo intrajornada não usufruído na jornada 12x36.

A proposta prevê que, a partir da assinatura da nova CCT, o tempo de intervalo não usufruído seja indenizado com um acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal. Para o período anterior à vigência do novo acordo, a indenização será de 50% do valor da hora normal, exceto nos casos já pagos ou com decisões judiciais definitivas. A medida visa estabelecer regras claras para uma questão que vinha gerando conflitos entre trabalhadores e empregadores.

Além disso, o plano de saúde dos vigilantes também foi incluído nas negociações. As empresas deverão receber do sindicato laboral a comprovação dos repasses e a relação dos empregados com cobertura ativa. A proposta mantém, em sua maioria, os termos da CCT de 2024, mas inclui um reajuste salarial de 5% e de 4,77% nos demais benefícios, com pagamento retroativo a 1º de janeiro de 2025. Essas medidas buscam preservar direitos adquiridos e garantir avanços mínimos perante a inflação.

As negociações seguiram os princípios do novo Protocolo de Mediação e Conciliação instituído pelo TRT-10, com mediação conduzida pelo juiz Rogério Neiva. A coordenadora do Cejusc, desembargadora Flávia Simões Falcão, destacou que o acordo traz segurança jurídica, evita processos judiciais e contribui para a estabilidade dos serviços prestados pelos vigilantes.



**Informação
SEGURA**

***CLIPPING confeccionado pela equipe do
escritório COSTA COUTO ADVOGADOS
ASSOCIADOS – colaboraram Dra. Gabriela
Branco e Dr. Éder Machado Leite.**

Trajetória Segura:

Marestela Loss



Natural de Colatina, interior do estado do Espírito Santo, Marestela Loss passou a infância em Cabeceira do Mutum, interior do estado, onde o pai trabalhava na roça de café, com os cinco irmãos dela. Aos sete anos, um momento trágico provocou uma mudança de cidade e de vida.

“Com o falecimento do meu pai, mudamos para a cidade de Colatina, onde foi necessário um grande esforço para nos sustentarmos. Todas as quatro irmãs mulheres foram trabalhar como empregadas domésticas, e assim foi até meus 17 anos”, relembra a empresária.

Com a chegada da maioridade, novas mudanças. “Logo após concluir o ensino médio e completar 18 anos, deixei o trabalho doméstico e atuei por um curto período em uma indústria. Tinha um sonho de trabalhar em escritório, onde tivesse uma mesa, cadeira e um telefone só meu. Fui chamada para uma entrevista em 2002 pela empresa Capixaba Vigilância e Segurança, ainda com 21 anos de idade, mas não fazia a menor ideia de como era o negócio de segurança”, conta.

Mal sabia ela que teria a vida transformada. Desde então, a segurança privada passaria a ser parte importante de sua trajetória. “Atualmente atuo no Grupo SEI Segurança e Inteligência, após a fusão com a Capixaba Vigilância, no ano de 2015. Em resumo, desde o ano de 2002 até a hoje me dediquei a uma única empresa”, conta.

Aos 43 anos, graduada em Administração pela Faculdade Estácio de Sá e MBA em Controladoria e Finanças pela Fucape Business School, a empresária também é um expoente na atividade sindical, onde, desde 2017, atua de forma incansável pelo desenvolvimento do setor.

“Iniciei minha atuação nas entidades sindicais com a expectativa de maior engajamento e contribuição para os segmentos, participando de comissões de negociações coletivas.”

Atualmente integra as diretorias do Sindicato das Empresas de Segurança do Estado do Espírito Santo (Sindesp-ES), do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Espírito Santo (Seac-

“Embora eu tenha orgulho do caminho que percorri até aqui, sigo com o desejo de continuar contribuindo para o fortalecimento e a valorização do setor de serviços. Pessoalmente, ainda quero deixar um legado que inspire outras lideranças, especialmente mulheres, a ocuparem seu espaço com competência e coragem”

-ES) e da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

“A atividade sindical é de fundamental importância para o equilíbrio das relações de trabalho. Ela atua como um elo legítimo entre empregadores, trabalhadores e o poder público, contribuindo para a construção de um ambiente profissional mais justo, seguro e estruturado. O sindicato, quando atua de forma responsável e ética, fortalece o diálogo, promove a valorização da categoria e contribui para o avanço das condições de trabalho, remuneração e qualificação profissional”, explica.

Com mais de 20 anos de experiência no setor, Marestela Loss enxerga o momento atual da segurança privada como desafiador, porém repleto de oportunidades. “Estamos diante de um cenário em constante transformação, impulsionado por avanços tecnológicos, novas exigências regulatórias e uma demanda crescente por serviços mais especializados e integrados. Isso exige das empresas e dos

profissionais uma adaptação contínua, com foco em qualificação, inovação e agilidade na tomada de decisões. Apesar da latente pressão dos clientes por menores custos, a concorrência acirrada e a necessidade de garantir qualidade e conformidade legal – acredito fortemente que o setor tem um futuro promissor”, afirma.

Apesar da trajetória repleta de conquistas, Marestela Loss não está satisfeita. “Acredito que sempre há algo a ser conquistado - especialmente quando se tem paixão pelo que se faz. Embora eu tenha orgulho do caminho que percorri até aqui, sigo com o desejo de continuar contribuindo para o fortalecimento e a valorização do setor de serviços. Pessoalmente, ainda quero deixar um legado que inspire outras lideranças, especialmente mulheres, a ocuparem seu espaço com competência e coragem. Acredito que o verdadeiro sucesso está em abrir caminhos e transformar o ambiente ao nosso redor de forma positiva.”

Fenavist se reúne-se com o Consulado-Geral do Brasil em Milão para discutir Missão Empresarial à Itália

O vice-presidente da Fenavist para Assuntos da Região Centro-Oeste, Ivan Hermano Filho, e a superintendente da Federação, Ana Paula Queiroga, reuniram-se, no dia 16 de julho, com o Setor de Promoção Comercial do Consulado-Geral do Brasil em Milão. O encontro contou com a presença do Ministro Luiz Maria Pio Córrea.



A reunião discutiu aspectos da Missão Empresarial à Itália, que será organizada pela Fenavist em novembro deste ano, quando ocorre a Feira Milano da Sicurezza, uma das maiores feiras do setor na Europa.

Além da participação na feira, a Federação negocia visitas ao órgão de controle e fiscalização do sistema de segurança privada, com vistas a conhecer a sistemática de trabalho e a legislação que regula essa atividade; à entidade de classe sindical empresarial do segmento na Itália; e a empresas de segurança privada, para que os empresários brasileiros possam conhecer o segmento da segurança privada italiano na prática.

A Sicurezza – International Security & Fire Exhibition ocorrerá de 19 a 21 de novembro de 2025.

Fenavist reúne-se com o coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, e o vice-presidente da entidade, Flávio Sandrini, reuniram-se no dia 4 de junho, em Brasília, com o novo coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, Cairo Costa Duarte.

Durante a visita institucional, os representantes da Fenavist destacaram a relevância do trabalho desenvolvido pela CGCSP e reafirmaram o compromisso da Federação em manter a parceria com a Polícia Federal, que fortalece a colaboração que vem sendo construída ao longo dos últimos anos.

Na ocasião, também foi abordado o andamento do decreto que regulamentará a Lei nº 14.967/2024, que institui o novo Estatuto da Segurança Privada - um marco regulatório esperado pelo setor e fundamental para o desenvolvimento da atividade.



Fenavist realiza reunião com os presidentes e departamentos jurídicos dos sindicatos estaduais

No último dia 4 de junho, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) reuniu os presidentes e os representantes dos departamentos jurídicos dos sindicatos estaduais, em Brasília. O encontro teve como objetivo alinhar a forma de atuação em todo o Brasil.



Estiveram em pauta temas relevantes como o novo marco regulatório, o custeio do sistema sindical após a reforma trabalhista, a relação com as entidades que representam os trabalhadores, as convenções coletivas e a integração entre os sindicatos e seus departamentos jurídicos.

Fenavist promove reuniões em Brasília

Também no dia 4 de junho, diretores da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) participaram, no dia 4/6, em Brasília, da 6ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) e da 17ª Reunião da Diretoria Executiva da Gestão 2022-2026.

Durante a AGO, foi analisado e aprovado o parecer do Conselho Fiscal referente à prestação de contas do exercício de 2024.

A pauta da reunião da diretoria executiva incluiu apresentações sobre a ISC Brasil 2025, o Programa Escola de Excelência e uma exposição conduzida por um parceiro do Instituto Nacional de Segurança Privada (Inasep).

Também foram discutidos temas como a regulamentação da Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), as ações do Grupo de Trabalho que debate o recolhimento ao SESC/SENAC e o andamento do Grupo de Trabalho que trata do PL 6461/2019, que institui o Estatuto do Aprendiz.

Os participantes ainda debateram questões parlamentares e jurídicas com impacto direto na atividade de segurança privada.



Fenavist participa da 2ª Reunião da CCASP (2025) em Brasília

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) participou no dia 20 de maio, em Brasília, da 2ª Reunião da Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada (CCASP) da Polícia Federal. Foi o primeiro encontro sob a coordenação do novo coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da PF, Cairo Costa Duarte.

A entidade foi representada pelo vice-presidente para Assuntos da Região Centro-Oeste, Ivan Hermano Filho; pelo vice-presidente para Assuntos da Região Sudeste, Frederico Crim Camara; pela superintendente Ana Paula Queiroga; e pela advogada Michelle Guimarães.

Na pauta de discussão, a minuta do decreto regulamentador do Estatuto da Segurança Privada; erros na verificação das turmas (antes da comunicação de início); falhas no andamento dos processos para solicitar autorização; dificuldades de proceder aos pedidos de revisão pelo sistema GESP; regulamentação, fiscalização e adequação dos coletes balísticos para o público feminino; fiscalização dos veículos de transporte de valores (carros-fortes); fiscalização da atividade de escolta armada; e problemas no sistema GESP, especialmente na solicitação de matrícula.





Sindesp-PI firma convênio com o Senac

No último dia 7 de julho, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Piauí (Sindesp-PI) formalizou o convênio com o Senac para formação de jovens aprendizes sem custo financeiro para as empresas. Em 2025, serão oferecidas 40 vagas e, no ano de 2026, mais 80 vagas, uma turma em cada semestre. Assinaram o convênio o presidente do Sindesp-PI Alípio Castelo Branco e a diretora de Cursos do Senac Amanda Costa.

Sindesp-MG homenageia Dr. Cristiano Campidelli pelos relevantes serviços prestados à Polícia Federal

No dia 19 de junho, o Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas (Sindesp-MG) promoveu um jantar em homenagem ao Dr. Cristiano Campidelli, no Espaço Altíssimo. A iniciativa do sindicato teve como objetivo reconhecer os serviços prestados por Campidelli à frente da Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, destacando sua significativa contribuição para o setor de segurança privada.



Estiveram presentes diretores e associados do Sindesp-MG, além de convidados especiais, como o delegado Dr. Kemyo Melo Guimarães, da Delesp-MG; Edmilson Pereira de Assis, presidente do Sindesp-RN; Edimar Barbosa, presidente do Sindesp-ES e Jacymar Dalcamini, também do Sindesp-ES; Avelino Lombardi, presidente do Seac-SC; e Maurício Lazerri, representando a Cebrasse.

Durante o evento, os participantes foram presenteados com o livro Direito Processual Penal, de autoria do delegado Cristiano Campidelli. Na ocasião, Renato Fortuna e Maria Aparecida Freire, presidente e vice-presidente do Sindesp-MG, entregaram ao homenageado uma placa em reconhecimento à sua valiosa contribuição ao segmento da segurança privada.



Integração e inovação marcam ações do SINDESP-PR no primeiro semestre de 2025

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR) realizou, em junho, a 1ª edição do Café com

Parceiros, iniciativa que fortalece o diálogo entre o sindicato e as empresas que impulsionam o setor de segurança privada. A abertura foi conduzida pelo vice-presidente Fernando Ribas, que destacou a importância do empenho conjunto para o desenvolvimento de soluções eficazes.

Ana Paula Queiroga, gestora do Instituto Nacional de Segurança Privada (Inasep), reforçou o papel estratégico das parcerias para uma segurança mais eficiente e valorizada. Na sequência, empresas como Pluxee, Bullla e Nexti apresentaram soluções para o bem-estar, a saúde financeira e a gestão de pessoas no setor.

Sindesp-PR participa de reunião que homologou planilhas de custo mínimo para os serviços de vigilância do Paraná

A Superintendência Regional do Trabalho no Paraná (SRT/PR), por intermédio da Câmara dos Serviços Terceirizáveis, homologou, no dia 15 de abril, as planilhas de custo mínimo para os serviços de vigilância do Paraná.

A validação aconteceu durante reunião na sede do SINDEPRESTEM-PR, reforçando o compromisso com a transparência e a valorização da atividade de segurança privada no estado.

Esse é um passo importante para garantir condições justas e equilibradas de contratação, além de assegurar a sustentabilidade das empresas do setor e a proteção dos direitos dos profissionais de segurança. Estiveram presentes o vice-presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR), Fernando H. Ribas, e demais entidades da categoria e outras de terceirização.



SESVESP está otimista para o futuro da Segurança Privada

O cenário político-econômico atual tem sido avaliado pelos empresários com cautela, diante de incertezas e preocupações relacionadas à instabilidade política e seus reflexos na economia. Apesar dos desafios, o setor empresarial tem demonstrado capacidade de adaptação, mantendo expectativas positivas em relação ao futuro.

A regulamentação do Estatuto da Segurança Privada, que estabelece um novo marco regulatório para o setor e para as instituições financeiras, representa uma mudança relevante. Em um contexto de maior estabilidade política e econômica, esse novo marco tem potencial para impulsionar o crescimento sustentável do setor nos próximos anos.

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) segue atuando na defesa dos interesses das empresas de segurança privada e na promoção de iniciativas que favoreçam um ambiente de negócios mais estruturado e favorável ao desenvolvimento do setor.



Presidente do Sindesp-SE toma posse como coordenador do Fórum Empresarial de Sergipe

No dia 26 de março, o presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Sergipe (Sindesp-SE), Sandro Moura, assumiu como o novo coordenador do Fórum Empresarial de Sergipe para o biênio de 2025-2026. A cerimônia realizada no Del Mar Hotel, na Orla da Atalaia, contou com

a presença do governador do estado de Sergipe, Fábio Mitidieri; do presidente do Instituto Nacional de Segurança Privada (Inasep) e vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) para Assuntos Financeiros, Urubatan Romero; dos membros do Fórum Empresarial; dos empresários e das autoridades políticas e familiares.

A posse de Sandro Moura como coordenador do Fórum marca um momento importante para o setor produtivo do estado, em especial para a segurança privada. Presidente do Sindicato Patronal da Segurança Privada em Sergipe e empresário atuante, Sandro reafirma seu compromisso com o fortalecimento da classe, em defesa de melhores condições para as empresas e trabalhadores. Com uma trajetória de liderança e diálogo, ele assume o novo cargo com a missão de ampliar as oportunidades, incentivar o empreendedorismo e contribuir para o desenvolvimento econômico de Sergipe.

O Fórum Empresarial de Sergipe é uma entidade de direito privado e finalidade pública com 25 anos de existência, trabalha com o objetivo de discutir e elaborar propostas para a promoção do desenvolvimento econômico e social de Sergipe, estimular o despertar da consciência de toda a sociedade sergipana para as potencialidades do estado e lutar pelo fortalecimento da atividade empresarial.

Jovens aprendizes, uma prioridade para o Sindesp-RS

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Rio grande do Sul (Sindesp-RS) não tem medido esforços no que se refere à questão da aprendizagem. A entidade está debruçada sobre o assunto com o objetivo de atingir, o mais breve possível, as cotas com as empresas de vigilância, em especial as empresas associadas.

Ao longo deste ano já foram realizadas diversas reuniões com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o objetivo de regularizar a questão da cota dos jovens aprendizes para as empresas de vigilância, no estado do Rio Grande do Sul.

Ainda em fevereiro, o presidente do Sindesp-RS e o diretor jurídico fizeram a primeira reunião com o pessoal do MTE, dando início à jornada que visa à regularização da cota de aprendizagem por todas as empresas de vigilância do estado do Rio Grande do Sul.

Após essa reunião com o MTE, o Sindesp-RS, como um dos pioneiros, incluiu, em sua CCT, a cláusula que trata da aprendizagem.



Confiantes nessas “pequenas” conquistas, o sindicato tem certeza de que está no caminho certo para alcançar o objetivo de tornar realidade a questão da aprendizagem no estado, onde as empresas do segmento estarão com todas as cotas regularizadas.

O caminho é longo, mas o Sindesp-RS segue firme nessa jornada, em contato com a Superintendência Regional do Trabalho e com as demais entidades do estado, em busca de tornar realidade o exercício da aprendizagem no segmento da segurança privada no estado do Rio Grande Sul.

Sindesp-GO e Seac-Go apresentam boa prática em um dos maiores eventos sindicais do Brasil

O vice-presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Transporte de Valores e Cursos de Formação do Estado de Goiás (Sindesp-GO) e presidente do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás (Seac-GO), Paulo Gonçalves, juntamente com a gerente-executiva Rousilene Melo, representou as entidades no Sicomércio 2025, que ocorreu de 9 a 11 de julho, em Brasília.

Durante o evento, Rousilene Melo fez uma apresentação no eixo sindical de atuação gerencial sobre a prática “Recrutamento, Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento”, selecionada entre mais de 500 iniciativas avaliadas em todo o País como referência em gestão estratégica de pessoas. O objetivo dessa prática é qualificar pessoas para prestarem serviços de forma inerente à atividade, já contratadas ou que serão contratadas e enviadas ao mercado de trabalho por meio das ofertas de emprego disponibilizadas pelas empresas associadas ao Sindesp-GO e ao Seac-GO. O intuito é compartilhar o processo para que as entidades sindicais interessadas em replicar consigam o mesmo objetivo prospectado.

Durante a apresentação, foram compartilhados resultados expressivos alcançados entre 2019 e junho de 2025: 25.134 pessoas treinadas; 2.868 cursos ministrados; 9.157 horas/aula por ano; 9.114 vagas de emprego ofertadas; 10.777 currículos recebidos.

A participação das entidades goianas reafirma o papel do associativismo estratégico no fortalecimento das empresas, na valorização dos talentos e na construção de um setor de serviços mais competitivo, inovador e socialmente comprometido.

A boa prática estará disponível no Canal de Boas Práticas do Programa Atena, o repositório de casos de sucesso do Sistema Comércio, disponível na plataforma UniCNC.





Waldemar Pellegrino Junior

Da Segurança Pública para a Segurança Privada

Atuando há mais de 40 anos no mercado de segurança privada, Waldemar Pellegrino Junior, 61 anos, é empresário e advogado. Natural da cidade de São Paulo, morando atualmente em Jundiaí-SP, iniciou na atividade nos anos de 1980, após deixar o exército.

“Abriram-se oportunidades na área de segurança privada na função de Encarregado de Segurança em importantes instituições - shopping centers, lojas de departamento em 1984. Com uma passagem breve pelo segmento até 1986, recebi, então, um convite para ser um dos fundadores da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo. Voltei ao segmento em 1992, do qual não saí mais”, relembra.

Desde 1998, ano da fundação da empresa, Waldemar administra o Grupo Ethics, fazendo parte do Grupo Econômico as empresas de Segurança, Facilities Operacionais, Limpeza, Assessoria de Segurança e Segurança Eletrônica.

A entrada na atividade sindical veio nos anos 2000. “Iniciei minha trajetória no Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) já como empresário, em 2006, oportunidade que abracei com muito carinho a pedido do então presidente Loiola. Iniciei as atividades sindicais como presidente da Comissão de Ética do SESVESP, e meu grande projeto foi a criação do Certificado de Regularidade de Segurança (CFR), marco da regularização do segmento da segurança privada no estado de São Paulo. Sucessivos convites para permanecer no sindicato me foram feitos e cheguei a 2º vice-presidente e diretor financeiro”, conta orgulhoso.

Nessa mesma época, Waldemar Pellegrino também passou a fazer parte da diretoria da Federação Nacio-

nal de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). Em 2020, chegou ao Sindicato da Prestação de Serviços de Terceirização de Mão de Obra e Facilities (Sindprestem).

“Somos empresários denodados que doam tempo e experiência ao segmento sindical patronal, totalmente aptos a negociar com o laboral as ações regulatórias estabelecidas no Brasil. Muito são os calcanhares que nos doem diariamente. Atualmente são várias as nuances que nos freiam, lei de cotas, instabilidade jurídica, mudanças de regras diversas na legislação, mudanças tributárias e política frágil. Se os empresários do setor não derem tudo de si na representação sindical, estaremos fadados ao fracasso empresarial e do segmento. A política sindical federativa é o maior gestor dessas aflições. Seremos cada vez mais exigidos pelo segmento e não iremos desistir de nossas lutas patronais. É um prazer fazer parte dessa equipe e obrigado pela oportunidade”, argumenta ao explicar a importância da atividade sindical.

Pellegrino vê com esperança o futuro da segurança privada. “Com o advento da Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, passei a ter maior esperança na normatização dos serviços de segurança privada, no real combate à clandestinidade, na evolução formal das empresas de vigilância em seus serviços, no aumento da régua na valorização da função de vigilante e na regulação do mercado atual com atualização de atividades agora bem mais definidas. Afinal foram 13 anos de espera política que já estava caindo em descrença. Com a força renovada e ansioso, aguardo a regulamentação ainda em trâmite político. Acredito em um real crescimento de todos os novos setores contemplados pela nova Lei com caracterização dos serviços inclusivos no novo contexto legal”, finaliza.



Haydee de Jesus Lima Costa

Preocupação com o bem-estar a serviço da segurança privada

Juíza arbitral e mediadora, assistente social e pós-graduada em Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais. Essas são apenas algumas das qualificações de Haydee de Jesus Lima Costa, 60 anos, executiva do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Curso de Formação de Vigilantes e Transporte de Valores do Estado do Maranhão (Sindesp-MA). Atuando há 35 anos no segmento, desde 1990, tornou-se referência entre os profissionais que cuidam do dia a dia dos sindicatos.

“Iniciei minha trajetória na área da segurança privada em 1990. Desde então, venho me dedicando a contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento do setor. Optei por atuar na área por enxergar a possibilidade de contribuir para a valorização dos profissionais, a melhoria dos serviços prestados e o bem-estar coletivo”, conta.

A atenção com o bem-estar coletivo é uma preocupação que Haydee tem desde antes de ingressar, quando atuou nas áreas da Saúde e da Educação, experiências que a ajudaram a se tornar uma profissional de ponta.

Ao falar sobre o papel dos executivos dos sindicatos, ela o define como função decisiva. “Esse trabalho é essencial para a representatividade, a organização e o fortalecimento do setor. É uma função estratégica na articulação institucional, no diálogo com os órgãos públicos e na defesa dos interesses das empresas de segurança privada”, argumenta.

Ao analisar a importância da atividade sindical, Haydee enfatiza a grande responsabilidade que as entidades de classe carregam.

“A atividade sindical é primordial para promover o equilíbrio nas relações laborais e fomentar o desenvolvimento sustentável do setor. Os sindicatos exercem um papel fundamental na mediação de interesses e na busca por avanços que beneficiem tanto os profissionais quanto as empresas”, afirma.

Ao longo de mais de três décadas de atuação na atividade, a executiva do Sindesp-MA define o futuro do segmento como promissor.

“Vejo o setor da segurança privada em um momento de transformação e crescimento. O uso crescente de tecnologias, a profissionalização das equipes e a ampliação do papel da segurança na sociedade apontam para um futuro promissor”, finaliza.

SEMEESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
 São Paulo-SP, CEP: 02512-000
 Telefone: (11) 2537-8301
 E-mail: adm@semeesp.com.br
 Presidente: Autair Luga

SESVESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
 São Paulo-SP, CEP: 02512-000
 Telefone: (11) 3858-7360
 E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br
 Presidente: Flavio Baptista Sandrini

SINDESP/AC

Endereço: Rua Alameda Portugal, 640, Jardim Europa/Rio Branco-AC, CEP: 69.915-44
 E-mail: sindeesp2018ac@gmail.com
 Presidente: Leslie Castelo de Vasconcelos

SINDESP/AL

Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda nº 36 Ed. Delmiro, Sl 305 - Centro - Pça. Palmares Maceió-AL, CEP: 57020-140
 Telefone: (82) 3326-1325
 E-mail: sindeespai@gmail.com
 Presidente: Marcus Vinícius Castro do Nascimento

SINDESP/AM

Endereço: Rua Belo Horizonte 19, Sala 717, Ed. The Place Business Center, Adrianópolis, Centro, Manaus-AM, CEP: 69057-060
 Telefone: (92) 3613-1213
 E-mail: sindeस्पam@sindespam.com.br
 Presidente: Carlos Anselmo de Sousa

SINDESP/AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá - de 1094/1095 a 2614/2615, nº 1770, Condomínio Marnazul sala 4 - Central, Macapá-AP
 Telefone: (96) 2101-3308
 E-mail: sindeस्पap@hotmail.com
 Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

SINDESP/BA

Endereço: Av. Tancredo Neves, nº 274 Bloco "B" Centro Emp. Iguatemi - Sl 421/422 Pituba - Salvador-BA, CEP: 41820-020
 Telefone: (71) 3450-0411/0563
 E-mail: assistente@sindesp-ba.com.br
 Presidente: Paulo Cruz Azevedo

SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020, Sl 303/304 - Aldeota - Fortaleza-CE, CEP: 60160-150
 Telefone: (85) 3244-5599
 E-mail: sindeस्पce@fortalnet.com.br
 Presidente: Halano Soares Cunha

SINDESP/DF

Endereço: SAAN Quadra 03 Lote 1300 - Brasília-DF, CEP: 70632-300
 Telefone: (61) 3233-9922/8338
 E-mail: sindeस्प@sindesp-df.com.br
 Presidente: Luis Gustavo Silva Barra

SINDESP/ES

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Vitória-ES, CEP: 29050-657
 Telefone: (27) 3325-5025
 E-mail: sindeस्पadm@terra.com.br
 Presidente: Edimar Barbosa

SINDESP/GO

Endereço: Rua dos Bombeiros nº 128 Qd. 248 Lts 12/14/15
 Pq Amazônia - Goiânia-GO, CEP: 74835-210
 Telefone: (62) 3218-5946/5174
 E-mail: sindeस्पgoias@uol.com.br
 Presidente: Ivan Hermano Filho

SINDESP/MA

Endereço: Edifício Tech Office - Ponta D'Areia, Avenida Dos Holandeses - Nº 06, Sala 509/510 - 5º Andar, Centro
 CEP: 65077-357 - São Luís-MA
 Telefone: (98) 3221-4557
 E-mail: sindeस्पma@bol.com.br
 Presidente: Rafael Alcântara

SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabágia, 2000, Torre 1 Sala 334 - Estoril - Belo Horizonte-MG, CEP: 30494-170
 Telefone: (31) 3327-5300
 E-mail: sindeस्पmg@sindesp-mg.com.br
 Presidente: Renato Fortuna

SINDESP/MT

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes, 233 Ed Master Center Sl 2/3 - Centro Sul - Cuiabá -MT, CEP: 78020-200
 Telefone: (65) 3027-6607/3607
 E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br
 Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

SINDESP/PA

Endereço: Travessa Vileta, 2.152 - Marco, Belém-PA
 CEP: 66093-345
 Telefone: (91) 3246-3436
 E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br
 Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803 Ed Síntese - Centro João Pessoa-PB, CEP: 58013-000
 Telefone: (83) 3241-6466/6489
 E-mail: sindeस्पpb@hotmail.com
 Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira Thomaz

SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 103 Ed Emp. Ant. Albuquerque Galvão Bairro: Espinheiro - Recife-PE, CEP: 52020-000
 Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032
 E-mail: sindeस्प@sindesp-pe.com.br
 Presidente: Agostinho Rocha Gomes

SINDESP/PI

Endereço: Ed. Manhattan River Center - torre 1, sala 1111, Av. Senador Arêa Leão, 2185, São Cristóvão, Teresina-PI
 Telefone: (86) 2106-0924
 E-mail: asindesp.pi@outlook.com
 Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, nº 1416 - Parolin - Curitiba-PR, CEP: 80220-290
 Telefone: (41) 3233-6880
 E-mail: sindeस्प@sindesp-pr.org.br
 Presidente: Alfredo Vieira Ibiapina Neto

SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383 Rio Comprido - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20261-240
 Telefone: (21) 2293-4354
 E-mail: sindeस्प-rj@sindesp-rj.com.br
 Presidente: Frederico Carlos Crim Camara

SINDESP/RN

Endereço: Avenida Amintas, 3700 - Corporate Tower Center - Torre Business (Torre B) - 18º andar - sala 1806 - Lagoa Nova, Natal-RN
 CEP: 59075-810
 Telefone: (84) 3217-0476
 E-mail: sindeस्पrn@hotmail.com
 Presidente: Edmilson Pereira de Assis

SINDESP/RO

Endereço: Avenida Amazonas, 9069 - Socialista - Porto Velho-RO
 CEP: 76828-870
 Telefone: (69) 3226-6269
 E-mail: sindeस्पro_sindesp@hotmail.com
 Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

SINDESP/RR

Endereço: Rua Rondônia, nº 857 - Bairro dos Estados, Boa Vista/RR, CEP: 69305-500
 Telefone: (95) 3224 8109
 E-mail: julio.barreto@prosegur.com
 Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 - Porto Alegre-RS
 CEP: 90150-004
 Telefone: (51) 3233-7172
 E-mail: sindeस्पrs@sindesp-rs.com.br
 Presidente: Silvio Renato Medeiros Pires

SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro, 226 Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro Florianópolis-SC, CEP: 88010-020
 Telefone: (48) 3223-1678/1393
 E-mail: sindeस्प@sindesp-sc.org.br
 Presidente: Dilmo Wanderley Berger

SINDESP/SE

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, 347 Jardim Alvorada Aracaju-SE, CEP: 49045-133
 Telefone: (79) 3231-5971
 E-mail: administracao@sindesp-se.com.br
 Presidente: Sandro Ataíde Moura

SINDESP/TO

Endereço: Quadra 204 Sul Alameda 13, Lote 02 (antiga ARSE 21) Palmas-TO, CEP: 77020-476
 Telefone: (63) 3214-6593
 E-mail: sindeस्पto@uol.com.br
 Presidente: Joseph Ribamar Madeira

SINDESV/MS

Endereço: Rua Japão 815, Jockey Club, Campo Grande-MS, CEP: 79.080-450
 Telefone: (67) 3222-5422/99245 0307
 E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br
 Presidente: Amílto José do Pilar

SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651 Sala 109 - Centro Farroupilha-RS, CEP: 95180-000
 Telefone: (54) 3268-6555
 E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com
 Presidente: Gilberto Perera



Fique ligado na nossa **Agenda**

AGOSTO

DIA 12

- **Período da Manhã**

Reunião do Conselho Gestor da Fenavist, Brasília-DF

- **Período da Tarde**

Reunião da Diretoria do Inasep, Brasília-DF

- **Período da Noite**

Noite de autógrafos de Lançamento do Livro Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras (Autora: Dra. Celita Sousa), Brasília-DF

DIA 22

- **Período da Manhã**

2º Encontro Jurídico da Fenavist, Vitória-ES

SETEMBRO

DIAS 2 a 4

ISC Brasil 2025, São Paulo-SP

DIA 03

Reunião e Jantar da Diretoria Executiva da Fenavist, São Paulo-SP

OUTUBRO

DIAS 15 A 19

ENESP da Região Sul, Blumenau-SC

DIA 17

- **Período da Manhã**

Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist, Blumenau-SC

DIAS 29 DE OUTUBRO A 1º DE NOVEMBRO

43º GEASSEG, Natal-RN

NOVEMBRO

DIA 7

3º Encontro Jurídico da Fenavist, Brasília-DF

DIAS 19 A 21

Missão Internacional, Milão - Itália

DIA 24

- **Período da Tarde**

Reunião de Diretoria do INASEP e Assembleia Geral Ordinária (Aprovação do Orçamento 2025), Brasília-DF

DIA 25

- **Período da Manhã**

Reunião de Diretoria da Fenavist e Assembleia Geral Ordinária (Aprovação do Orçamento 2025), Brasília-DF

- **Período da Noite**

Confraternização Fenavist



Anuncie aqui!



**SUA
EMPRESA
COM
DESTAQUE**

 **REVISTA
Fenavist**
FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES

Contato Comercial:
(61) 3327-5440
fenavist@fenavist.org.br

R E M E T E N T E